Setembro / Outubro 2012
Ano 7_nº54
www.quercus.pt
Distribuição gratuita

Quercus
AMBIENTE

LAGOA DOS SALGADOS
UM TESOURO A SALVAR NO ALGARVE

Página **10_11**

27º ANIVERSÁRIO QUERCUS
PREMIO QUERCUS 2012
Página **2**

ZOOM
REPORTAGEM RIO+20
Página **26**

ENTREVISTAS
A LAGOA DOS SALGADOS
por Manuel Lacerda
e Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
Página **4_5**

CONTO
CONGRESSO DOS ANFÍBIOS
Página **27**

Mecenas Principal

Mecenas Jornal

Convite

31 de Outubro - 19:30h

Hotel Radisson Blu
Campo Grande, Lisboa

Jantar de Aniversário

Entrega do Prémio Quercus 2012

A Quercus convida os seus associados, amigos, apoiantes e demais parceiros a participar no Jantar de comemoração da sua fundação a 31 de Outubro de 1985.

Durante o jantar irá decorrer a entrega do Prémio Quercus 2012.

Lugares limitados - inscreva-se já!

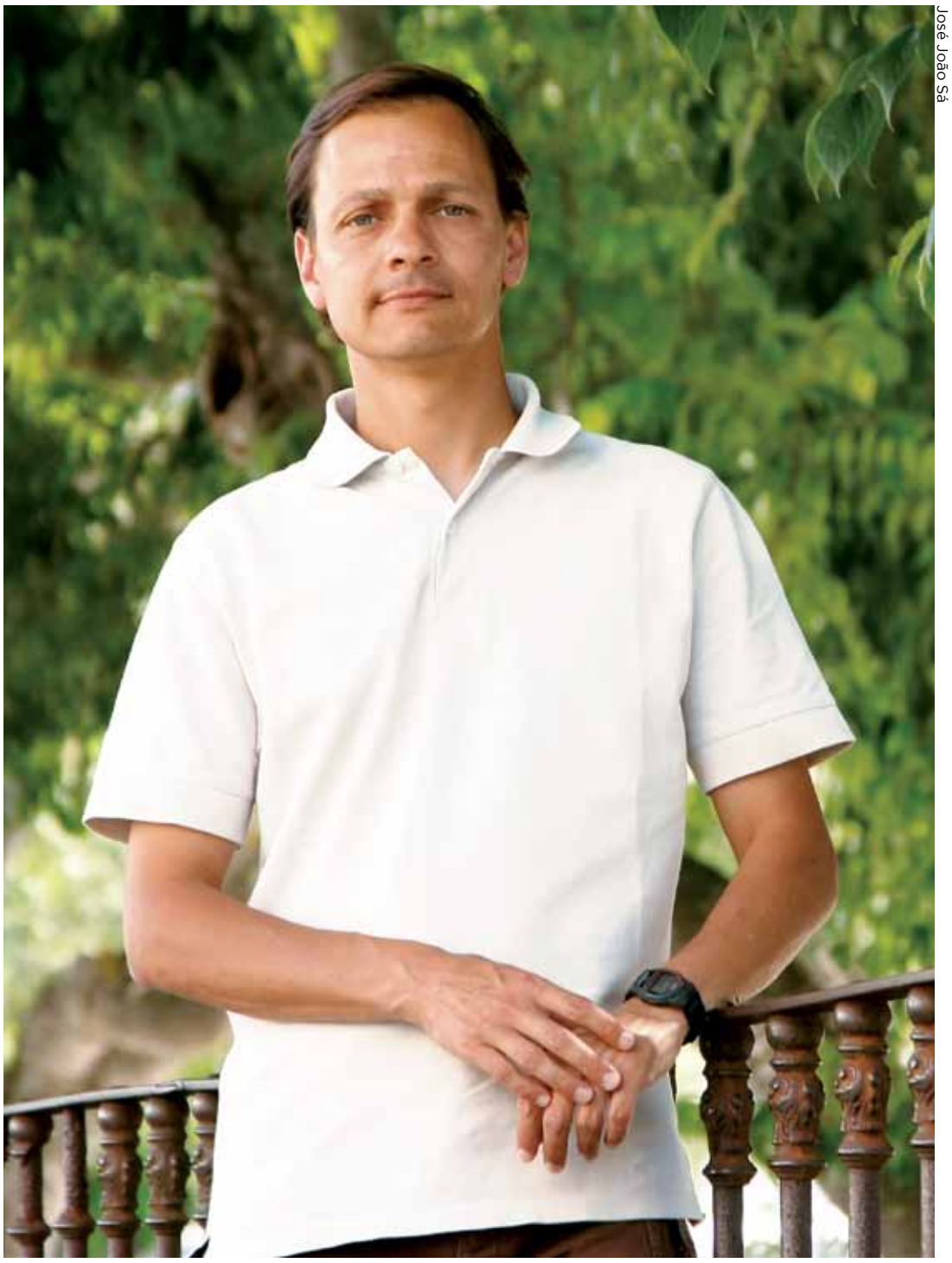
Associados Quercus: € 10,00
Não associados: € 20,00

Informações e inscrição: quercus@quercus.pt
Ou por telefone para o 21 778 84 74

Quercus

MACROSCÓPIO

REGRESSO AO TRABALHO



José João Sá

Nuno Sequeira
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

Com meio país de férias e com a outra metade a desejá-las, correu ameno o período estival, normalmente associado ao descanso e ao lazer mas este ano algo assombrado com as dificuldades económicas do país e o peso de um prolongado suspense, face a uma nova visita da Troika no final do mês de Agosto. É certo que nem tudo o que nos dá o Verão tem a ver com a praia, o mar e o lazer e seria natural salientar problemas tão graves e típicos desta estação, tais como o cenário de seca que se vai agravando gradualmente em Portugal, os inúmeros incêndios que por esta época marcam presença quase contínua no território nacional ou a qualidade do ar no centro das grandes cidades, que infelizmente deixa bastante a desejar.

Mas para a maioria das pessoas, o Verão continua a ser sinónimo de turismo, de partida para locais distantes do seu dia-a-dia e, inevitavelmente, de ocupação de novas áreas. É essa questão que vai ao encontro do principal tema deste "Quercus Ambiente" – a Lagoa dos Salgados. A Lagoa dos Salgados é uma zona húmida situada nos antigos sapais de Pêra, concelho de Silves e tem-se tornado nos últimos anos num dos locais de observação de aves mais visitados do Algarve. Esta área serve de refúgio a várias espécies de aves aquáticas, sendo de destacar a ocorrência do flamingo, do colhereiro, da íbis-preta, do arrábio e do caimão.

Depois de um trabalho meritório de várias Associações para conservar e valorizar esta área, surge agora uma notícia (a construção de um empreendimento em redor de parte da Lagoa) que poderá trazer sérios impactes negativos à conservação dos seus valores naturais. Num cenário em que vemos um empreendimento vizinho a este que pretende construir, a definhar lentamente e com grande parte das suas valências ao abandono devido a problemas financeiros da empresa administradora, será lógico que o comum dos cidadãos se questione sobre a sustentabilidade, financeira mas não só, deste tipo de projectos que trazem uma pressão considerável sobre ecossistemas frágeis, como é o caso, e podem colocar em risco os seus valores ambientais. E se é este o modelo de turismo em que queremos continuar a insistir, sacrificando o pouco que já resta da nossa orla costeira, demasiado prejudicada por erros de décadas de mau planeamento.

Já passado o período de férias, o início de Setembro será marcado por várias iniciativas, de que destacamos a entrega dos prémios da edição de 2012 dos "Green Project Awards" Portugal, já no próximo dia 12 de Setembro. A este propósito, a Quercus, enquanto co-organizadora da iniciativa, congratula-se com o facto deste ano o número de candidaturas ter ultrapassado as duzentas e assim a edição de 2012 se constituir como uma das mais participadas desde o seu início. Motivo de satisfação é também a elevada qualidade das candidaturas recebidas e a dinâmica e o entusiasmo que se gerou junto dos seus proponentes, sinal que mesmo num ano difícil como este, é possível trazer a mensagem do Ambiente, nas suas diversas vertentes, à sociedade civil e ao sector empresarial em particular.

Mas ainda em Setembro, teremos entre os dias 21 e 23 o Encontro "Quercus Anima", um encontro pioneiro e realizado pela primeira vez este ano, que pretende ser um espaço para os sócios da Quercus, fazendo convergir os recursos da Associação, estimular a partilha de saberes, a troca de bens e o convívio entre os associados. E embora pareça ainda distante, será também já no próximo dia 31 de Outubro que a Quercus celebrará os seus 27 anos de existência, com um jantar convívio que pretende juntar sócios, voluntários, dirigentes e parceiros, num momento onde se fará a entrega do já tradicional Prémio Quercus. Motivos não faltam pois para que o regresso ao trabalho se faça com vários motivos de interesse e a Direcção Nacional da Quercus endereça desde já o convite para que todos marquem presença nestas iniciativas, que são certamente de grande importância para a vida da nossa Associação.

LAGOA DOS SALGADOS

é um local importante do ponto de vista ecológico, estando a APA ativamente empenhada na sua preservação.

DR

a **Manuel Lacerda** _ Vice-Presidente da APA (Agência Portuguesa do Ambiente)

A Lagoa dos Salgados tem tido ao longo dos últimos anos um historial de problemas que têm posto em causa a conservação dos importantes valores naturais que aí existem. Qual é o ponto de situação neste momento em relação à gestão daquele local?

Antes de mais julgo que importa enquadrar a questão. A Lagoa dos Salgados forma-se na foz da ribeira de Espiche. A dinâmica natural das lagoas costeiras, como a dos Salgados, caracteriza-se por variações bruscas ou graduais do nível do plano de água. Nas décadas de 1980 e 1990 dois acontecimentos alteraram a dinâmica natural da Lagoa dos Salgados:

(i) a construção da estação de tratamento de águas residuais (ETAR) de Pêra, atualmente substituída pela ETAR Poente de Albufeira, que passou a descarregar os efluentes tratados na ribeira de Espiche,

(ii) a construção de campo de golfe na margem nascente da Lagoa dos Salgados e a rega do mesmo com parte dos efluentes provenientes da ETAR.

Em regime natural, o nível de água na Lagoa dos Salgados dependeria diretamente das condições hidrológicas e hidráulicas das ribeiras de Espiche e de Vale Rabelho, que alimentam a Lagoa. Nestas condições, as cotas e a dimensão do plano de água sofreriam maiores flutuações, atingindo-se cotas mais baixas nos períodos mais secos, podendo a Lagoa praticamente desaparecer em períodos muito secos.

A manutenção de um espelho de água durante todo o ano, decorrente da descarga dos efluentes tratados na ETAR Poente de Albufeira, tem proporcionado o estabelecimento de comunidades de aves na lagoa, permitindo a sua valorização do ponto de vista ecológico e como local de visitação.

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) tem sempre conseguido conciliar a gestão da Lagoa dos Salgados com os diferentes usos do local (habitat de dezenas de espécies de aves aquáticas, empreendimento turístico, nomeadamente campo de golfe, cuja rega é exclusivamente efetuada a partir da reutilização das águas residuais tratadas e prática balnear na Praia dos Salgados), sem prejuízo de terem que ser assumidas situações de compromisso em casos extremos de excesso ou de falta de água, como aconteceu no início de julho último. Em todas essas situações não foram identificadas consequências graves e prolongadas que justifiquem uma abordagem menos conciliadora.

A APA tem seguido atentamente este assunto, tendo proposto o envolvimento da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), a qual participou numa visita ao local onde estiveram, para além da APA, a Águas do Algarve e numa reunião subsequente realizada na APA, em Lisboa.

Por seu turno, contribuirá também para uma melhor gestão da lagoa a implementação das medidas previstas no Plano de Gestão e Valorização da Lagoa dos Salgados (2008). A execução das intervenções materiais, totais ou em parte, deverá ocorrer em simultâneo com obras no sistema de drenagem de águas residuais da Águas do Algarve, uma vez que a garantia de um balanço hídrico favorável no período estival só será atingida, artificialmente, quando estiverem concluídas todas as ligações à ETAR das águas residuais que atualmente são lançadas no emissário submarino da Galé.

Continua a existir no local um conflito entre conservação dos valores naturais e a pressão turístico-imobiliária. Como pensa que este problema pode ser resolvido e quais, na sua opinião, as consequência de não ser resolvido?

Suponho que esteja a referir-se a um empreendimento recentemente anunciado e que mereceu já a contestação por parte de algumas Organizações Não Governamentais (ONG).

Ao que é do conhecimento da APA, o referido empreendimento enquadra-se no Plano de Pormenor da Subunidade Operativa de Planeamento e Gestão II da Praia Grande (PP) – publicado pelo Aviso n.º1119/2008, de 11 de Janeiro, conforme estabelecido no Plano Diretor Municipal de Silves. O PP foi objeto de parecer favorável da CCDR-Algarve e ouvidas as demais entidades com jurisdição na área de intervenção do plano.

Em matéria de avaliação de impactes ambientais do projeto, de acordo com o atual Regime Jurídico de Avaliação Impacte Ambiental (RJAIA), apenas construção do campo de golfe de 18 buracos previsto para o empreendimento terá obrigatoriamente de ser precedida de Avaliação do Impacte Ambiental (AIA) – tal como determinado na alínea f), do ponto 12-Turismo do Anexo II do Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro.

Contudo, atendendo à dimensão do projeto em causa e aos potenciais impactes ambientais, a Secretaria de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território determinou junto da Autoridade Nacional de AIA (APA) que possa esta elabora um parecer quanto à pertinência de sujeitar a procedimento de AIA o projeto do empreendimento, ao abrigo do n.º 5 do artigo 1.º do RJAIA, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 69/2000, de 3 de maio, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro, segundo o qual:

"São ainda sujeitos a AIA os projetos que em função da sua localização, dimensão ou natureza sejam considerados, por decisão conjunta do membro do Governo competente na área do projeto em razão da matéria e do membro do Governo responsável p la área do ambiente, como susceptíveis de provocar um impacte significativo no ambiente, tendo em conta os critérios estabelecidos no anexo V."

Adicionalmente, e a título de complemento, informa-se que está atualmente em processo de revisão o referido diploma referente ao RJAIA.

Gostaria de referir mais alguma coisa sobre a Lagoa dos Salgados e a sua situação?

A Lagoa dos Salgados é um local importante do ponto de vista ecológico, estando a APA ativamente empenhada na sua preservação.

A APA pretende que a gestão desta área possa contar com o envolvimento de diversas entidades, nomeadamente ONG, Câmaras Municipais, outros organismos da Administração Pública, promotores privados, entre outros, de modo a que, da análise conjunta da situação e acerto de procedimentos com vista ao acompanhamento e monitorização futuras da Lagoa dos Salgados, se possa contribuir para a preservação dos valores naturais presentes, através do diálogo construtivo, empenhado na resolução dos problemas e aproveitando o conhecimento dos diversos intervenientes.

Por outro lado creio que com a implementação das medidas propostas no Plano de Gestão e Valorização da Lagoa dos Salgados, em simultâneo com a conclusão das obras no sistema de drenagem da Águas do Algarve, ficará garantido um balanço hídrico favorável no período estival.

ENTREVISTAS

Idalina Perestrelo e Nuno Sequeira

LAGOA DOS SALGADOS

é uma zona de grande valor no que toca ao património ambiental, tendo sempre, ao longo do tempo, procurado promovê-lo como um espaço de grande nteresse e de grande importância.

DR

a **Maria Isabel Fernandes da Silva Soares** _ Presidente da Câmara Municipal de Silves

Tem havido imensa polémica relacionada com a Lagoa dos Salgados: o que tem a referir sobre o assunto?
O Município de Silves procura não se envolver em polémicas. Antes procura resolver problemas e encontrar soluções que possam ser mais-valias para as populações e para o desenvolvimento do concelho e da região.

Quais são efetivamente os planos que a CM Silves tem para a zona envolvente à Lagoa dos Salgados?
A área envolvente da Lagoa dos Salgados não pertence exclusivamente ao Município de Silves. Todavia, foi aprovado o Plano de Pormenor da Praia Grande, que está no território do concelho e se situa perto da zona mencionada. O Município pretende ver implementado esse plano, tendo, para isso, assinado com um promotor privado um contrato de desenvolvimento urbano. Este Plano de Pormenor foi elaborado ao longo de cinco anos e publicado em Diário da República a 11 de janeiro de 2008 (aviso nº 1119/2008, 2ª série, Diário da República), tendo implicado a realização de diversos estudos, quer de caraterização, quer de impacto ambiental. Foi igualmente aprovado por todas as entidades com responsabilidades ao nível do ambiente (nomeadamente a SPEA e a Almargem, que emitiram pareceres favoráveis), gestão do território, turismo e respeitam os pressupostos preconizados pelo PDM, que apontava esta parcela de território como uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UNOP).

A CM Silves tem conhecimento dos valores naturais que a Lagoa dos Salgados apresenta?
A autarquia considera a Lagoa dos Salgados uma zona de grande valor no que toca ao património ambiental, tendo sempre, ao longo do tempo, procurado promovê-lo como um espaço de grande nteresse e de grande importância.

Se sim, qual é a responsabilidade da CM Silves na manutenção destes valores que podem potenciar o desenvolvimento turístico local de um sector (turismo ornitológico) em franco crescimento e são um verdadeiro património público nacional?
Mais uma vez, a autarquia acredita que neste caso específico serão tomados todos os cuidados previstos no Plano de Pormenor para preservação do ambiente e, nesse sentido, não haverá problemas também quanto ao que pergunta, ou seja, a manutenção dos valores e o seu potenciamento em termos turísticos. Acredita, ainda, que todas as entidades que analisaram e viabilizaram o Plano de Pormenor da Praia Grande são da maior competência, pelo que este empreendimento, que respeitará este Plano, cumprirá tudo o que foi definido nos estudos já anteriormente mencionados e aprovados pelas entidades igualmente mencionadas. Por outro lado, também julgamos que é do maior interesse dos promotores deste empreendimento que zelem pelo ambiente e pela fauna e flora locais, já que estes serão, sem dúvida, um motivo de interesse para o espaço e fator de atração para possíveis clientes.
Todavia e naturalmente, a autarquia estará sempre atenta, defendendo constantemente os interesses do concelho e pugnando pela conservação do seu ambiente e biodiversidade, que considera serem um património a preservar e um valor da maior importância para a economia local/regional.

Deseja referir mais alguma coisa?
O desenvolvimento da região é, para o Município de Silves, uma enorme preocupação, sobretudo na atual conjuntura. Crescer de forma sustentada e sustentável e valorizando o património, seja ele de que natureza for, é indispensável e esperamos que os promotores que trabalhem nesta área possam aplicar modelos de gestão que garantam a manutenção de empregos e a rentabilidade do empreendimento, bem como a preservação do ambiente, já que esta zona do território silvense é de extrema beleza, tem uma população acolhedora e calorosa, uma gastronomia excelente, fauna, flora, praias, sol e mar de grande beleza, que serão motivos de interesse para muitos visitantes, como tem acontecido desde que o turismo passou a ser uma das principais atividades económicas desta região.
O Município acredita que a aplicação do Plano de Pormenor da Praia Grande poderá ser uma mais-valia em termos turísticos, atraindo um segmento de visitantes com um maior capacidade financeira, logo poderá ser uma fonte de ativação e de produção de rendimentos para a economia local, aumentando a atratividade do território e potenciando a sua promoção. Também haverá, naturalmente, rendimentos para o Município, resultantes das taxas de licenciamento, que são da maior importância, já que poderão ser aplicados no desenvolvimento do concelho.

GERIR CONJUNTAMENTE
A ÁGUA E AS ACTIVIDADES HUMANAS

European Environment Agency

Bacias hidrográficas, lagos, várzeas e pântanos, muitas vezes ampliam as fronteiras políticas e administrativas. Isso cria desafios na gestão dos recursos hídricos da Europa, segundo um relatório da Agência Europeia do Ambiente (AEA) que recomenda uma melhor integração do ordenamento do território e gestão coordenada da água.

O relatório, "a coesão territorial e gestão da água na Europa: a perspectiva espacial", aborda o facto básico de que as bacias fluviais e regiões administrativamente distintas, muitas vezes têm limites diferentes, levando a um descompasso entre o ordenamento do território e gestão da água. A peça central da legislação da UE, a Directiva-Quadro da Água que é implementada através de Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (RBMPs), leva este elemento em consideração.

No entanto, a gestão da água de bacia deve ser mais integrada com o ordenamento do território. Para tal seria necessário uma estratégia de planeamento e prática.

A situação atual significa que os custos podem cair sobre aqueles que não beneficiam. Além disso, os benefícios podem ir para aqueles que estão fora do território, que não pagaram por eles.

Massas de água estão sob pressão em muitas partes da Europa e tem gerado discussões nos mais diversos setores, incluindo o turismo, indústria, agricultura, energia, transporte e abastecimento público. O relatório da AEA argumentou que o mundo natural também precisa de água para realizar os "serviços ecossistémicos" que sustentam a economia europeia, como a purificação da água, retenção de solo e produção de alimentos. Ao integrar a bacia do nível de gestão da água e de ordenamento do território, essas demandas diretas e indiretas podem ser melhores.

E não é apenas os interesses humanos que devem ser considerados. Cerca de 250 espécies de macrófitas e 250 espécies de peixes vivem em águas de superfície interiores europeias e um número significativo de aves, peixes e mamíferos depende de zonas húmidas para reprodução ou alimentação. Estes todos precisam de água suficiente para sobreviver. Além disso, muitas espécies também exigem corpos de água para estar num estado "natural".

PROJECTO LIFE+ NATUREZA

Samuel Infante

INOVAÇÃO CONTRA ENVENENAMENTOS
No âmbito do projeto LIFE+ Natureza, "Ações Inovadoras contra o uso ilegal de venenos em áreas piloto mediterrânicas da EU", estão a ser implementadas diversas iniciativas nas oito áreas piloto na Andaluzia, Grécia continental, Creta e Portugal.

INOVAÇÃO CONTRA ENVENENAMENTOS - PORTUGAL 2012
Apresentação pública do projeto
A Quercus organizou no âmbito deste Projeto LIFE uma sessão pública no Jardim da Cidade de Castelo Branco no dia 25 de Maio de 2012. Nesta sessão foi realizada uma demonstração da Equipa Canina Europeia de deteção de venenos que se encontrava a trabalhar na zona piloto do Tejo Internacional. Nesta apresentação participaram cerca de 60 pessoas, entre comunicação social, autoridades e membros locais das redes europeias de caçadores e criadores de gado contra o veneno. Durante o evento foi distribuído material de sensibilização produzido pelo projecto e divulgada novamente a linha telefónica gratuita contra o Veneno **800 500 605**.

Samuel Infante

Apresentação pública

CAPTURA E MARCAÇÃO DE ABUTRES - AÇÃO 8
Espécies bio indicadoras na área piloto PT1 -Tejo Internacional
No âmbito da Ação A8 (captura e marcação de espécies bio indicadoras) decorreu no Monte Barata na área piloto PT1 -Tejo Internacional, nos dias 6, 7 e 8 de Julho uma sessão de captura e marcação de Abutres. Foram capturados 37 Grifos (*Gyps fulvus*) incluindo uma recaptura de uma ave espanhola da região de Leida. Foram anilhadas, colocadas marcas alares patagiais e recolhidas amostras biológicas a 35 aves, sendo que a 4 destas aves foram também colocados emissores GSM-GPS. Os emissores utilizados são protótipos desenvolvidos pela empresa Microsensory e que estão a ser testados no âmbito deste projeto. Esta tecnologia envia as posições GPS das aves através de um SMS para um servidor, permitindo acompanhar os movimentos das aves com precisão e baixos custos. Esta tecnologia permite ainda recolher um conjunto de parâmetros como atividade da ave, temperatura, etc. Esta ação está direcionada para monitorizar os movimentos dos abutres, um dos grupos mais afetados em Portugal pelo uso de veneno. O objetivo principal desta ação é a utilização de espécies bio indicadoras como uma ferramenta na conservação das aves e no combate ao uso ilegal de venenos, aumentando a eficácia na deteção de eventuais episódios de envenenamento.

Desde já um agradecimento especial aos 13 voluntários que ajudaram no sucesso desta atividade!

Samuel Infante

Demonstação equipa canina

UTILIZAÇÃO ILEGAL DE ISCOS ENVENENADOS
O uso ilegal de iscos envenenados é a principal causa de morte não natural para várias espécies em perigo de extinção a nível europeu, tais como a Águia imperial Ibérica, o Abutre Negro, o Quebra Ossos, entre outros, e é uma das causas principais de morte não natural para outras espécies em perigo como o Lobo ou o Urso.

Para mais informações:

www.lifeagainstpoison.org_ Projeto Life+ " Inovação contra Envenenamentos"
www.antidoto-portugal.org_ Programa Antidoto Portugal

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Direção Nacional da Quercus

Quercus denuncia falta de ordenamento do território, escassos apoios ao setor florestal e expansão descontrolada do eucalipto.

A recente vaga de fogos florestais vem, uma vez mais, mostrar a debilidade e a incapacidade de todo o sistema de prevenção dos fogos florestais. Tal como já foi repetido vezes sem conta, "os fogos florestais combatem-se no Outono e no Inverno e com prevenção". As autoridades competentes não estão a cumprir nem a fazer cumprir o Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho (1), que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), apesar de constituírem uma obrigação legal dos Municípios, não estão, na sua maioria, a ser aplicados e os resultados estão à vista.
Por outro lado, os fundos comunitários para Defesa da Floresta Contra Incêndios não estão a ser utilizados da forma mais eficaz, apesar de serem gastos inúmeros recursos financeiros alocados ao setor em combate a incêndios, quando o problema deve ser resolvido ao nível da prevenção.
Também os programas para o investimento florestal – plantações e limpezas – encontram-se bloqueados por exigirem demasiada burocracia e terem níveis de apoio desencorajadores para os proprietários florestais.
Mais, o Estado Português tem dívidas avultadas para com as Associações que atuam no ordenamento florestal e na defesa da floresta contra incêndios que, deste modo, se encontram asfixiadas financeiramente e impedidas de realizar o seu trabalho de gestão e proteção da floresta.
Como agravante, assiste-se a um aumento desenfreado da área de eucaliptal, de tal modo que a área máxima prevista nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROFs) já foi ultrapassada em várias regiões, sendo que alguns destes Planos encontram-se inexplicável ou parcialmente suspensos em várias regiões.

Como é do conhecimento público, o Governo está a preparar nova legislação que pretende viabilizar a expansão desmedida da monocultura do eucalipto – uma árvore mais suscetível à propagação dos incêndios - e facilitar os abates de sobreiros e outras espécies de maior valor ecológico.
A Quercus considera que para evitar e controlar os incêndios são necessárias outras e melhores políticas agroflorestais, bem como uma estratégia que promova investimentos públicos na floresta autóctone numa ótica de longo prazo.

(1) Parte do disposto no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho que está a ser negligenciada:

SECÇÃO II - DEFESA DE PESSOAS E BENS
Artigo 15º : Redes secundárias de faixas de gestão de combustível
1— Nos espaços florestais previamente definidos nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios é obrigatório que a entidade responsável: a) Pela rede viária providencie a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 m; (...)
8— Nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais e previamente definidos nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios é obrigatória a gestão de combustível numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 100 m, podendo, face ao risco de incêndios, outra amplitude ser definida nos respectivos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios.
9— Compete aos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos inseridos na faixa referida no número anterior a gestão de combustível nesses terrenos.
10—Verificando-se, até ao dia 15 de Abril de cada ano, o incumprimento referido no número anterior, compete à câmara municipal a realização dos trabalhos de gestão de combustível, com a faculdade de se ressarcir, desencadeando os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efetuada, podendo, mediante protocolo, delegar esta competência na junta de freguesia.(...)".

ÁRVORES VELHAS SÃO FUNDAMENTAIS PARA O CRESCIMENTO DAS FLORESTAS*

Num novo estudo dirigido por Zoë Lindo, do Departamento de Biologia da Universidade de McGill, e Jonathan Whiteley, do mesmo departamento, mostra-se que as árvores mais antigas e maiores podem ser muito importantes para ajudar as florestas a crescer.

Bactérias que vivem nos musgos das árvores são mais efectivos a fixar o nitrogénio do que as que se encontram no chão
Estes resultados, foram publicados na revista «*Plant and Soil*», e sublinham a importância das árvores mais antigas nas florestas de clima temperado. A interacção entre árvores velhas, musgo e cianobactérias contribui para a dinâmica de nutrientes de uma forma que pode sustentar a produtividade a longo prazo dessas florestas.
"O que estamos a fazer", explica a investigadora *Zoë Lindo*, "é dar um contexto a essas árvores, olhando-as como parte integrante da floresta". E estão a descobrir estas têm um papel importante: "providenciam habitat para algo que providencia habitat para outra coisa que fertiliza a floresta. É o efeito dominó, pois sem estas árvores nada se desenvolvia".
Há três jogadores nesta história: as grandes árvores antigas, o musgo que cresce nos seus galhos e o grupo de bactérias chamadas cianobactérias associadas ao musgo. As cianobactérias captam nitrogénio da atmosfera e tornam-no disponível para as plantas, processo chamado de fixação de nitrogénio que muito poucos organismos conseguem realizar.
O crescimento e o desenvolvimento de muitas florestas são limitados pela disponibilidade de nitrogénio. Através da recolha de musgos no chão da floresta e nas copas das árvores (entre os 15 e os 30 metros de altura), os investigadores perceberam que as cianobactérias são mais abundantes em musgos elevados e que estas fixam o dobro do nitrogénio do que as que se encontram ao nível do chão.
São, assim, necessárias árvores grandes e suficientemente velhas para terem musgo acumulado, visto que muitas só começam a acumular o musgo depois dos 100 anos de idade. As árvores analisadas tinham entre 500 e 800 anos.

*Artigo de *Zoe Lindo* e *Jonathan Whiteley*
Old trees contribute bio-available nitrogen through canopy bryophytes

planetazul
o portal de ambiente e sustentabilidade

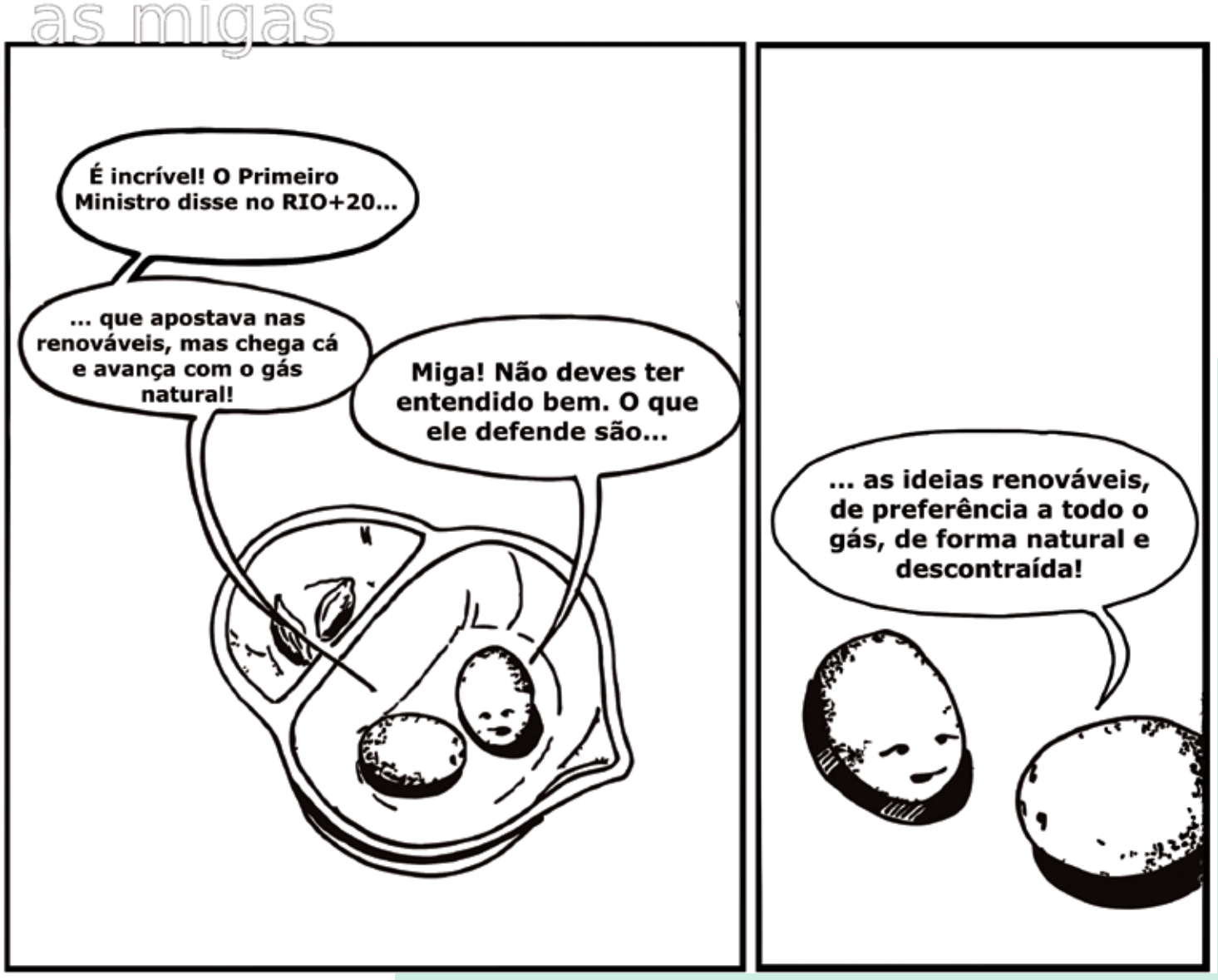
CHINA: PROTESTOS FAZEM GOVERNO ABDICAR DE OUTRO PROJECTO POLUENTE

O protesto de milhares de pessoas, na cidade de Qidong, perto de Xangai, no sábado, conseguiu evitar a construção de uma conduta para transportar as águas poluídas de uma fábrica do grupo japonês Oji Paper Group para o mar. Esta é a segunda vez que um projecto industrial poluente foi abandonado na China devido às reivindicações da população, depois de os chineses terem conseguido evitar a construção de uma fábrica metalúrgica poluente na província de Sichuan.

De acordo com a agência AFP, citada pelo jornal Público, estariam 50 mil pessoas, no passado sábado, a tentar evitar a construção desta conduta de 100 quilómetros que iria atravessar a cidade costeira e despejar 150 000 toneladas de efluentes por dia no mar.

Os manifestantes invadiram a sede do governo regional o que obrigou à intervenção da polícia, mas também do autarca de Nantong (onde se encontra a Oji Paper Group), Zhang Guohua que garantiu a suspensão da obra.

QUER TOON



PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE

MICROSCÓPIO

Direcção Nacional da Quercus

Seca mostra que Portugal precisa de mais renováveis que não a grande hídrica. Quercus preocupada com grande aumento de emissões devido ao uso de carvão.

A Quercus fez análise dos dados de produção e consumo de eletricidade entre janeiro e julho de 2012 e comparou com o período homólogo de 2011, com base nos dados disponibilizados pela Redes Energéticas Nacionais (REN)

Portugal está sujeito a uma enorme variabilidade climática com incidência no recurso à produção de eletricidade a partir de fontes renováveis (em particular à hídrica). Este fato, acrescido de algumas condições específicas de mercado foram determinantes nos primeiros sete meses de 2012, onde o peso das energias renováveis caiu 15%, de 51,8% para 36,8%, por comparação com o período homólogo de 2011.

Carvão barato e CO_2 barato levam a enorme aumento das emissões; preços baixos da eletricidade no mercado internacional levam quase ao quadruplicar da importação – saldo importador é já de 18%.

Nos primeiros sete meses deste ano verificou-se um enorme aumento do recurso ao carvão na produção de eletricidade: a central térmica de Sines teve um aumento de 72%, enquanto a central do Pego registou um aumento de 152%, também em relação ao período homólogo de 2011.

Esta é uma consequência da queda dos preços do carvão nos mercados mundiais que se regista desde há pouco mais de um ano, resultado da exploração e oferta cada vez maior de gás de xisto nos Estados Unidos. Apesar das centrais a carvão apresentarem baixos níveis de eficiência energética e elevadas emissões de dióxido de carbono (CO_2) por kWh produzido, o elevado excedente de licenças de emissão de CO_2 à escala europeia, resultante da crise económica, traduz-se num preço do carbono cerca de três vezes abaixo do que seria expectável, o que diminui também os custos de utilização destas centrais. As implicações são, a duplicação das emissões de dióxido de carbono, principal gás responsável pelo aquecimento global, para cerca do dobro em relação a igual período em 2011. Em termos absolutos foram emitidas mais 3 milhões de toneladas de CO_2 associadas à utilização de carvão, apesar de nas contas finais da produção elétrica o aumento ser de 2,2 milhões de toneladas.

Outros dois dados importantes que também se devem reter são por um lado a redução do consumo de eletricidade da ordem de 3,2% (4,2% se se considerar uma correção relacionada com os dias feriados e o clima), em relação ao período homólogo de 2011, claro resultado do abrandamento da atividade económica. Por outro, o saldo importador de energia elétrica teve um aumento de 364%, representando 18% do total do consumo, ao contrário de 2011 em que representava 4%.

Portugal precisa de maior aposta em renováveis que não a grande hídrica - Barragens tiveram queda de 63% na produção. Renováveis em regime especial tiveram ligeiro aumento.

Sabe-se que as alterações climáticas terão como consequência em Portugal períodos de seca cada vez mais intensos e frequentes. A enorme variabilidade associada à produção elétrica hídrica, que não acontece com as outras formas de energia como a eólica, a solar ou a biomassa, tenderá assim a agravar-se, mostrando que a aposta nas barragens não é o melhor caminho para um objetivo consistente de atingir 100% de produção de eletricidade renovável em 2050, já decidido por outros países, e que a Quercus tem defendido para Portugal.

Nos primeiros sete meses verificou-se uma queda de 63% na produção de eletricidade a partir da grande hídrica, em comparação como período homólogo de 2011, sendo que entre 2010 e 2011 já se tinha verificado uma redução da produção de 27,3%. De notar ainda que o índice de produtibilidade hidroelétrica passou de 1,00 para 0,34 entre 2001 e 2012 (primeiros sete meses), o índice de produtibilidade eólica manteve praticamente o seu valor (nos 1,03).

TEMA EM DESTAQUE

LAGOA DOS SALGADOS
UM TESOURO A SALVAR NO ALGARVE

Luis Costa
SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Localizada entre Armação de Pêra e Albufeira, a Lagoa dos Salgados é um símbolo ainda vivo do grande número de zonas húmidas costeiras de tipo mediterrânico que outrora caracterizavam o Algarve. Tal como noutras regiões do país e da Europa, estas áreas têm-se perdido a grande velocidade por pressão urbanística, depois de décadas em que a drenagem e o aproveitamento agrícola também contribuíram para a perda destas zonas. Numa região onde Ria Formosa e os sapais de Castro Marim são ainda áreas extensas e relativamente preservadas, poucas mais zonas húmidas costeiras subsistem.

A Lagoa dos Salgados, porém, atrai um número invulgar de aves. É um dos locais do país onde se podem ver em abundância pernilongos, alfaiates, águias-sapeiras, garças-vermelhas, camões e zarros, entre outros. Com dois destaques simbólicos: a perra e o flamingo. A primeira é uma das espécies de patos mais ameaçadas e encontrou nos Salgados a única área de nidificação mais ou menos regular em Portugal. E o flamingo escolheu também esta área para a única tentativa de nidificação comprovada no país, precisamente no ano passado.

E estes são factos que não escaparam a todos aqueles que apreciam a natureza e a observação de aves, tanto nacionais como estrangeiros. A Lagoa dos Salgados tem esse valor acrescido: não só é um sítio a proteger pelo seu valor natural como também traz valor económico pela procura dos turistas para aí observar as aves que lá se encontram. É certamente um dos sítios mais procurados por observadores de aves no Algarve e no país, senão o mais procurado e acessível. De facto, é difícil ir um dia ou hora à Lagoa dos Salgados e não ver algum observador atento armado do seu telescópio ou binóculos à procura de um camão a nidificar e a alimentar-se nas margens de caniço e tabua, ou de um bando de íbis-pretas a voar sobre as águas calmas da lagoa durante o inverno.

Domingos Leitão

Domingos Leitão

Lagoa dos Salgados

Faísca

Flamingos

Até aqui tudo bem, para o leitor que não conhece tão bem esta região do Algarve, está apresentado um sítio interessante, valioso pelo seu património natural e avifauna variada e importante. Aliás, designado pela BirdLife International e pela SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves como uma Área Importante para as Aves, ou seja, uma das cerca de 20.000 IBA que constituem a rede de sítios mais importantes para as aves em todo o mundo e, que sendo eficazmente protegidos e geridos, podem evitar a extinção de espécies de aves a nível global.

Mas não, não está tudo bem. Para além de a Lagoa dos Salgados não ter nenhum estatuto legal de proteção muitas ameaças têm contribuído para que seja uma das IBA mais em perigo em Portugal. Há já mais de dois anos que as perras desistiram aparentemente de nidificar na lagoa, os flamingos não conseguiram levar avante os seus esforços para serem mais uma espécie nidificante no país, e a maioria das aves tem perdido os ninhos e as suas crias enquanto tentam reproduzir-se neste sítio fantástico. Por muitas e diversas razões, que todas juntas impedem a Lagoa dos Salgados de ser um verdadeiro paraíso para tantas espécies de aves aquáticas.

Infelizmente o futuro da lagoa tem sido negligenciado pelas autoridades locais, regionais e central, apesar de todo o esforço colocado pela SPEA e outras organizações como, por exemplo, a Almargem, a *Royal Society for the Protection of Birds* (RSPB) e outras, para preservá-la como um ativo valioso natural para benefício de ambos: as aves e o turismo. De tudo um pouco tem acontecido para que a Lagoa dos Salgados seja uma área bastante perturbada durante os últimos anos: um nível de água extremamente baixo que seca a lagoa; ou o nível anormalmente alto que provoca o seu vazamento para o mar; a prática de *kite-surf* dentro da lagoa; a entrada de gado nas margens e no corpo da lagoa; a extração ilegal de água; o sobrevoo por aviões ou helicópteros a baixa altitude; a predação das aves por cães vadios ou deixados em liberdade; ou até, para cúmulo, a tentativa de instalação de uma discoteca ao ar livre junto às margens da lagoa. Tudo tem acontecido para perturbar um sítio que se devia ter protegido.

Da parte das entidades oficiais a inércia e o abandono das responsabilidades tem sido desesperante. Nos últimos anos a SPEA e a RSPB conseguiram algumas ações demonstrativas no terreno, por exemplo o estudo hidrográfico da lagoa, a elaboração do plano de gestão através de negociação com os vários agentes locais, a colocação de painéis e sinalização para informação do público, e a lavragem das margens para evitar a entrada de veículos dentro da lagoa quando ela está mais seca. Também as ações de educação ambiental têm sido realizadas, por exemplo através de dias dedicados à observação de aves durante o verão.

Mas na ordem do dia estão os empreendimentos turísticos em redor da lagoa. A juntar à Herdade dos Salgados, na margem esquerda da lagoa, e em fase de insolvência financeira, está em planeamento um novo empreendimento na margem direita. Este novo projeto, acarinhado pelo município de Silves, fecha o cerco à lagoa e é motivo de indignação de muitos cidadãos que assinaram recentemente uma petição que conta já com mais 12.000 signatários.

Desde há cerca de cinco anos que este empreendimento foi já viabilizado através do Plano de Pormenor desta área. Através de alguma negociação e pressão internacional conseguiu-se minimizar o problema: reduziram-se a menos de metade as camas previstas para este empreendimento, elevou-se a cota de construção, assegurou-se uma área tampão e o afastamento do campo de golfe da lagoa e a construção de um centro de interpretação ambiental à entrada da lagoa. E assegurou-se, através da Declaração de Impacte Ambiental da nova ETAR de Albufeira, que a lagoa tenha um caudal de água assegurado por águas tratadas nesta ETAR. Mas, evidentemente, tudo longe da situação ideal de evitar o que provavelmente constitui a repetição de um investimento duvidoso, provado pela insolvência do vizinho empreendimento já em atividade desde 1994.

Diante de um desenvolvimento previsto e de retorno duvidoso, e a completa inatividade das autoridades, muitos cidadãos estão agora indignados com a construção deste outro empreendimento agora anunciado com alarido, a juntar à falta de gestão e proteção desta área. Para muitos, será o último prego no caixão lentamente em torno dos Salgados. Também as associações ambientalistas estão. Esperemos que os ligeiros sinais que têm surgido da parte de alguns responsáveis do Ministério do Ambiente possam resultar em alguma ação válida para a conservação da lagoa. Até agora, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas tem sido menos que renitente em designar uma Área Protegida ou uma Zona de Proteção Especial, o que é absolutamente crucial para a defesa da Lagoa dos Salgados.

Os próximos tempos são cruciais para que não se percam os valores do sítio. para dar um pouco de esperança em relação ao futuro da Lagoa dos Salgados. O plano de gestão que foi definido poderá regular o caudal de água e assegurar as condições ótimas para a ocorrência das espécies de aves que aí ocorrem. E contribuir para um turismo sustentável e que dê a conhecer e conservar a verdadeira natureza do Algarve. O que se pretende como prioridade é que a Lagoa dos Salgados tenha um estatuto de proteção, um mecanismo de gestão eficaz e um plano de gestão que esteja a funcionar em pleno.

Para isso é preciso que todos apoiem as organizações e a petição que chamam a atenção para a necessidade de proteção da lagoa.

Participe e visite:
http://www.avaaz.org/en/petition/Save_Salgados_a_unique_internationally_recognized_birding_sanctuary_from_being_destroyed/

Faísca
Camão

Domingos Leitão
Lagoa dos Salgados

Domingos Leitão
Observação de Aves

Faísca
Lagoa Seca

Rui Eufrásia
Visitação

Faísca
Pernilongo

CABEÇO SANTO
6 ANOS DE UM PROJECTO IMPROVÁVEL

Paulo Domingues

Paulo Domingues

Por esta altura completam-se já 6 anos sobre o início de um dos projectos mais improváveis (de existir!) da Quercus e que, não obstante todas as dificuldades, vai "levando a água aos seus moinhos". Literal e metaforicamente, já que na área de intervenção do projecto existem vários moinhos, todos arruinados, mas que, quando houver prioridade para tal, poderão também ser alvo de algum trabalho de recuperação.

É este um projecto improvável porque a sua área de intervenção é, não o que de melhor nos legou a História da intervenção humana sobre a paisagem, mas o contrário, o pior. Depois de uma História de milénios que deixou esta paisagem montanhosa (na vertente ocidental da Serra do Caramulo) com muito poucas árvores, o Estado entregou em mãos privadas todo um vasto território que era apenas alvo de um usufruto comunitário. Ao fazê-lo e ao colocar condições quase irrelevantes quanto à gestão desse território, hipotecou, com a chegada da cultura do eucalipto, qualquer hipótese de, no contexto desta actividade, serem preservados os bens comuns desse território. Deste modo, mobilizaram-se com maquinaria pesada solos que nunca deveriam ter sido tocados, plantaram-se eucaliptos em locais totalmente impróprios para qualquer cultivo, fizeram-se todos os esforços para eliminar tudo o que parecesse não ter utilidade ou estorvasse as árvores cultivadas, nascentes foram pressionadas e frequentemente destruídas, linhas de água foram transformadas em valas e finalmente as margens densamente ocupadas com mimosas, terras agrícolas foram ocupadas com igual facilidade que os matagais... e isso foi só o princípio. No espaço de poucas décadas, de facto apenas uma geração, toda uma paisagem foi colocada no limiar da sua extinção, não obstante o número de árvores ser agora "infinitamente" maior. E esta aparente contradição pode, como bem sabemos, ser usada para fins de propaganda, que é como quem diz, desinformação.

E foi um pedaço desta paisagem, assolada por mais um devastador incêndio no final do Verão de 2005, que o Projecto Cabeço Santo tomou como objecto de trabalho. Assumiu, no princípio, um pressuposto optimista: que, não obstante o estado da paisagem, ou exactamente, devido ao estado da paisagem, os habitantes locais se envolveriam activamente na sua recuperação. Afinal, é a paisagem dos seus amanheceres, para a vida e para o dia a dia, e também dos seus entardeceres, dos seus tempos de contemplação, de encantamento... Pressuposto demasiado optimista: quem mais se comprometeu foi quem estava longe e não quem estava perto. Apesar disso foi possível manter uma notável persistência de participação cidadã e voluntária: ao longo de seis anos quase não houve mês que não tivesse pelo menos uma jornada voluntária e muitos tiveram duas.

Um facto amargou esta longa travessia: o uso de "armas químicas". O herbicida foi um recurso difícil de "digerir", sem o qual não se teria conseguido progredir muito no recuo da densa mancha de mimosas que ocupava agressivamente todos os vales e o próprio vale principal do ribeiro. Usado na forma conhecida como a mais benigna, e com todo o cuidado e parcimónia, revelou-se contudo longe de ser uma "solução final": os trabalhos de acompanhamento revelaram-se essenciais e mesmo assim algumas manchas em locais de mais difícil acesso conseguiram reocupar o terreno.

Para "compensar" esta e outras amarguras, instalou-se um apiário em 2010 e em 2011 o doce mel começou a adoçar as participações voluntárias. Este sim, gerido sem químicos, tem como objectivo próximo evoluir para um modo de maneio ainda mais natural e respeitador da dinâmica das colónias.

O projecto geriu o melhor que pôde o facto de este ser um território de uso intensivo em mãos privadas, sobre as quais o Estado poucas exigências continua a colocar mesmo em pleno século XXI. Sobretudo aos pequenos terratenentes, como se um grande território não fosse um somatório de pequenas parcelas. Paradoxalmente, este projecto conseguiu mais de uma grande empresa de celulose sediada lá longe do que da miríade de terratenentes locais. Destes, há que reconhecê-lo, também foi conseguindo, com excepções, o que se propôs, mas frequentemente à custa de difíceis negociações. E eis que, finalmente, passados 6 anos, enfrentando obstruções mas também usufruindo de coincidências felizes, o projecto celebra o seu aniversário com a garantia de poder intervir numa larga faixa de margem do ribeiro ao longo de 2 km, apenas com duas interrupções pouco relevantes. E com a expectativa de em breve lhes poder acrescentar mais 500 metros. Pouco à escala da paisagem mas muito para o esforço requerido.

Uma palavra final para reconhecer contribuições essenciais para o desenrolar deste projecto: a Altri Florestal, a Câmara Municipal de Águeda, e o fundo ambiental de Espaço Económico Europeu (fundo EFTA), nos anos de 2009/10. Também a Associação Florestal do Baixo Vouga e claro, os voluntários, que, independentemente do seu número e do volume da sua contribuição são essenciais para trazer ao projecto aquela energia que só o trabalho feito com coração transporta. E também sem esquecer a contribuição financeira das Empresas Espaço Talassa e Solzaima, as excepções numa classe de cidadãos que preferiu ignorar o projecto.

Para quem quiser seguir o curso dos trabalhos, desde 2008, o comunicador privilegiado do projecto é o blogue:
http://ecosanto.wordpress.com

NÚCLEO DO LITORAL ALENTEJANO

Núcleo Regional do Litoral Alentejano da Quercus

Actividades Ciência Viva no Verão

Iniciaram-se no passado dia 28/07/2012 as actividades Ciência Viva no Verão, organizadas pelo Núcleo Regional do Litoral Alentejano, actividades que se prolongam até 25 de Agosto. As temáticas das actividades desenvolvidas foram "Charcos temporários e anfíbios" (3 acções) e "Anilhagem" (3 acções) . As acções tiveram sempre como ponto de encontro o Zmar Eco Camping Resort, rumando-se de seguida para a Herdade onde decorreram as acções.

Na Herdade onde decorreram as acções sobre "Charcos temporários e anfíbios" existe um acordo entre o proprietário privado e a Quercus, para realização de práticas agro-pecuárias menos nocivas de forma a gerir activamente estes espaços para preservar os charcos temporários, com o intuito incrementar a biodiversidade e de inverter o decréscimo populacional de espécies como o cágado--de-carapaça-estriada. À espera do grupo na primeira acção encontrava-se o biólogo, Pedro Segurado investigador do Instituto Superior de Agronomia, e na acção seguinte João Paulo Fonseca, investigador do Centro de Biociências do ISP.

O grupo visitou um charco temporário, que este ano já se encontra seco, onde foram explicados os processos ecológicos, bem como os possíveis impactes das actividades humanas. Estas depressões no terreno formam charcos quando conseguem reter uma quantidade suficiente de água da chuva ou proveniente de aquíferos próximos da superfície, onde plantas e animais evoluíram desde há milhões de anos no sentido de se adaptarem às condições do meio, sendo actualmente dependentes deste tipo de habitat para sobreviverem.Trata-se de um ecossistema frágil e instável, uma vez que, devido às suas reduzidas dimensões e volume de água, pequenas alterações do meio ou do regime precipitação anual podem originar mudanças ecológicas significativas. Já num outro charco, onde haviam sido colocadas algumas armadilhas encontram-se alguns cágados-de-carapaça-estriada e também cágados-comuns. Nesse contexto, mostrou-se o que são cágados-de-carapaça-estriada, como se reconhecem, os seus hábitos e as diferenças entre estes e o cágado-comum.

Foram capturados também algumas espécies de escaravelhos-de-água e alguns girinos de rãs em diferentes fases de crescimento. Conseguiram ouvir-se e ver-se algumas rãs-comuns e algumas relas, mas sem que se tenha conseguido capturar alguma. No final destas acções os participantes foram convidados a libertar as espécies capturadas.

As acções de anilhagem, também tiveram como ponto de encontro o Zmar Eco Camping Resort, seguindo-se depois para um caniçal junto ao rio Mira. À espera dos participantes encontrava-se a ornitóloga Cláudia Matos, que com a ajuda de Dário Cardador, procedeu à abertura de um espaço no caniçal onde são instaladas as redes. Depois de todos os participantes se retirarem durante cerca de uma hora para que as aves circulassem sem qualquer perturbação, o tempo foi aproveitado pelos ornitólogos para explicarem aos presentes o que é a anilhagem e como surgiu. Esclareceram que a anilhagem é um método de marcação individual das aves, que consiste na colocação de uma anilha metálica na pata, usando um alicate concebido especialmente para este fim. Todas as anilhas contêm a indicação da central de anilhagem do país onde são anilhadas (para Portugal contém a indicação CEMPA-LISBOA), bem como um número de série gravado, que é diferente para todas as anilhas. Assim, cada ave anilhada fica identificada através de um número de série único, que funciona como o bilhete de identidade da ave, permitindo no futuro a sua identificação. Assim, qualquer registo de uma ave anilhada, que se possa obter através da sua recaptura e posterior libertação ou quando a ave é encontrada morta, poderá fornecer informações úteis acerca da sua vida e, em particular, sobre os seus movimentos.

Informaram também que as aves migradoras se deslocam livremente através das fronteiras de vários países, e são por isso consideradas património colectivo da comunidade internacional. Desde 1963 que uma rede internacional de estações de anilhagem e de Centrais Nacionais de Anilhagem, conhecida por EURING (www.euring.org), coordena e gere eficazmente a anilhagem científica na Europa. A coordenação da anilhagem científica de aves em Portugal compete ao ICNB (www.icnb.pt), através da Central Nacional de Anilhagem. São actualmente utilizadas uma grande variedade de tamanhos e tipos de anilhas para marcar as aves, adequadas ao diâmetro e estrutura das patas de cada espécie e aos habitats que frequenta durante o seu ciclo de vida. A análise das deslocações das aves anilhadas permite definir as suas rotas migratórias e as suas áreas de repouso e paragem, o que é importante para implementar sistemas integrados de áreas protegidas para a avifauna. A recaptura de aves anilhadas permite ainda obter parâmetros populacionais (ex: taxa de sobrevivência e sucesso reprodutor), essenciais para se conhecer as causas das variações numéricas das populações de aves.

Após estas explicações e passado cerca de uma hora o grupo deslocou-se de novo para junto das redes de onde os ornitólogos retiraram as aves capturadas para dentro de sacos de tecido, uma ave por saco. Estas aves foram depois levadas para uma mesa que se encontrava a alguma distância das redes para que fosse identificada a espécie e colocada a anilha. A ornitóloga Cláudia Matos pegou um dos sacos de onde retirou uma pequena ave. Esta ave foi identificada e anilhada. De seguida foi medido o tamanho da asa, foi pesada e foi verificado também o seu índice de gordura.

Todos estes dados, incluindo o número da anilha que é colocada, foram registados numa ficha e serão depois enviados a uma base de dados nacional. Os ornitólogos vão procedendo a estas identificações, libertando de seguida as aves. **Anabela Rodrigues.**

Dário Cardador

NÚCLEO DO PORTO

Núcleo Regional do Porto da Quercus

Monitorização da Ribeira do Arquinho

No passado dia 28 de julho, pelas 10 horas realizou-se o evento que teve por objetivo a Monitorização do troço da Ribeira do Arquinho, iniciativa levada a cabo pela Quercus.

Numa primeira fase, foi efetuada a exploração do terreno, com a finalidade de detetar os pontos mais interessantes para realizar a análise da água quanto ao seu pH, temperatura, condutividade, nitratos, nitritos e oxigénio dissolvido em três locais (Ponto A -Lavadouro; Ponto B -Amial; Ponto C -Ponte de Madeira).

A ação foi guiada pelo Eng.º Rui Francisco que foi mostrando e falando sobre os diferentes problemas inerentes do Rio Leça. Com a execução desta Monitorização, os voluntários ficaram a conhecer os problemas que o rio em causa atravessa no que diz respeito a poluição e ambiente.

A Quercus no Estabelecimento Prisional do Porto

No dia 25 de julho, a Quercus –Núcleo Regional do Porto deslocou--se ao Estabelecimento Prisional do Porto, tendo como finalidade a sensibilização da população reclusa sobre os temas poupança de água e energia. O objetivo era mostrar-lhes que poupar é a melhor atitude a tomar, tanto a nível ambiental, social como económico.

A ação durou cerca de duas horas, iniciando-se pela visualização de vários vídeos de sensibilização sobre os gastos e desperdícios de água e energia. De seguida foi iniciado um debate em que todos participaram de forma ordeira e interessada.
Uma experiencia motivadora e a repetir certamente.

Monitorização

Agricultura Biológica

BIO GEO GRAFIA

CRAS DE SANTO ANDRÉ

Anabela Rodrigues
Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André

Visita dos alunos do ATL "Arco Iris" ao CRASSA

No final de julho os alunos do ATL "Arco Íris", foram recebidos pelo responsável do Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André (CRASSA), Dário Cardador, que após as apresentações fez um breve resumo sobre o que é um centro de recuperação de animais selvagens e o trabalho que ali é desenvolvido.
Após esta introdução foi feita uma visita guiada às instalações, onde os alunos tiveram oportunidade de ver alguns animais que ali estão em recuperação. Visitaram também a zona onde estão instalados os animais irrecuperáveis e onde lhes foi explicado o que se sabe sobre a história de vida destes animais.
Tiveram também oportunidade de visitar os espaços onde se encontram os animais, duas corujas-do-mato e duas águias-d'asa--redonda, que a seguir iriam ser libertados. Também aqui lhes é contado o que se sabe sobre a sua vida, a sua chegada aqui, como foram tratados e recuperados, encontrando-se agora prontos a partir.
O responsável e ornitólogo do centro procede então ao manuseamento das aves, começando por as anilhar, pesar e medir, uma ave de cada vez. Esses dados são registados numa ficha onde consta o número da anilha, e que funciona um pouco como o seu bilhete de identidade.
De seguida foi solicitado a alguns alunos colaboração para proceder à libertação de quatro aves. Estes aceitam de boa vontade e assim de forma ordeira, recebem cada um uma ave que de seguida, de forma suave, atiram ao ar. Sentindo-se livres estas partem e integram-se no seu habitat.

Dário Cardador

CRAS DE MONTEJUNTO

Alexandra Azevedo
Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Montejunto

CRASM participa no NaturFest

O NaturFest, um festival que se realizou pela primeira vez na Serra de Todo o Mundo, na confluência dos concelhos de Rio Maior, Caldas da Rainha e Cadaval, nos dias 29 e 30 de Junho, pretendeu criar um novo conceito de festival, juntando música com responsabilidade ecológica, num cenário natural privilegiado.
Dinamizado pelo grupo motard Falcões de Montejunto, congregou inúmeras entidades e associações para a sua organização e concretização, o que fez também com que o programa fosse bastante enriquecido. A Quercus respondeu positivamente ao desafio estando presente através do CRASM – Centro de Recuperação de Animais Selvagens.
O CRASM deu um pequeno apoio, através da aquisição de canecas, para se reduzir a produção de lixo (em especial copos de plástico descartáveis), que esgotaram rapidamente. Ao abrigo de uma iniciativa original da organização, sob o slogan "Recicle e ganhe", foram recolhidos cerca de 280 Kg de plástico cujo valor apurado com o seu envio para reciclagem reverterá a favor do CRAS.
Neste festival, embora a música fosse a principal atuação, houve um programa alargado de animação, como uma tenda temática infanto-juvenil onde o CRASM montou uma pequena exposição e animou os petizes.
Conforme assumiram os organizadores, num jantar de agradecimento amavelmente oferecido a todos quantos colaboraram, o conceito precisa de crescer e espera-se que o evento melhore de ano para ano

CERAS CASTELO BRANCO

Beatriz Azorín
Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco

CERAS um centro multidisciplinar na conservaçao de especies ameaçadas em portugal

O CERAS (Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco), em funcionamento desde 1999 é um projeto do núcleo regional de Castelo Branco da Quercus, com o apoio da Escola Superior Agraria de Castelo Branco, e de vários mecenas particulares, como o CONTINENTE. O CERAS desempenha um papel importante na conservação de espécies ameaçadas e prioritárias de conservação, em diferentes zonas do país, principalmente na região Centro e com especial destaque no Parque Natural do Tejo Internacional. O CERAS, além de funcionar como hospital de fauna selvagem (onde os animais feridos, debilitados ou doentes, são recuperados e devolvidos ao meio natural) é um ponto fundamental de recolha e tratamento de informação biológica e dos fatores de ameaça relativa a espécies prioritárias.

Em 2010 e 2011 o número de ingressos destas espécies aumentou sensivelmente comparativamente a anos anteriores, com 28% das entradas em 2010 e 36% das entradas em 2011 (em comparação com uma media de 7.5 % das entradas entre os anos 2005 a 2009).

O CERAS tem vindo a desenvolver importantes ações, estudos, e participado em diversos projetos com espécies em perigo, contribuindo assim para a sua conservação.

Destes projetos destacamos os mais importantes como o Projeto " Conservação da Cegonha preta no Vale do Tejo". No âmbito desta parceria da Quercus com a DELTA, entre 2010 e 2012 foi realizada a anilhagem e o controlo veterinário de 45 crias de cegonha preta (*Ciconia nigra*), e a colheita de amostras para despiste de doenças em colaboração com a Escola Superior Agraria de Castelo Branco. Foram também realizadas diversas ações de conservação e recuperação de habitat para esta espécie como a criação de charcas e a recuperação de galerias ripícolas.

O CERAS participa em vários projetos com aves Necrófagas, que representam cerca de 12% dos ingressos anuais de animais. Desatacamos a colaboração com os dois alimentadores de abutres a funcionar no Tejo Internacional e os programas de monitorização e marcação de Abutre Preto (Aegypius monachus) e Grifo (Gyps fulvus) Durante os anos 2010 e 2011 foi realizado o controlo veterinário das crias de abutre preto nascidos no PNTI (2 crias em 2010 e 1 cria em 2011), assim como a marcação com emissores via satélite e seguimento das 3 crias. Foi criado um banco de amostras biológicas de aves necrófagas para posteriores estudos (em colaboração com a ESA), atualmente conta já com material de 50 indivíduos. Foi também estabelecido um protocolo de colaboração com o LNIV (laboratório nacional de Investigação veterinária) para pesquisa em aves necrófagas e mamíferos carnívoros de Mycobacterium sp. E Coxiella sp., para estudar a influência destas espécies como eventuais vectores de transmissão, assim como participa num estudo de tese de mestrado (UTAD e UAB) que pretende avaliar a prevalência de metais pesados. Assim mesmo, tem prestado apoio técnico-veterinário em outros projetos com espécies ameaçadas no âmbito da rede de microservas, como o Francelho (*Falco naumanni*) ou o Cágado-de-carapaça- estriada (*Emys orbicularis)*

Além do mencionado anteriormente, o CERAS também serve na região como ponto de receção de animais de outros programas como o Programa Antídoto Portugal que pretende conhecer e combater o uso ilegal de venenos em Portugal. O CERAS tem participado, ao nível da identificação, necropsia e recolha de amostras de animais com suspeita de envenenamento, para posterior análise laboratorial dos tóxicos, assim como na compilação dos dados referentes aos animais que dão entrada para recuperação com suspeitas de envenenamento. O Projeto linhas elétricas e aves, teve início em 2003 com a parceria entre ONGs, entidades públicas e privadas, tem como objetivo é a compatibilização das redes elétricas aéreas de alta e media tensão com a conservação das aves no Portugal continental, a traves da minimização dos impactes negativos daquelas infraestruturas nas aves selvagens. No CERAS é realizada a avaliação dos cadáveres e a necropsia das aves encontradas no trabalho de campo.

A equipa do CERAS quer deixar aqui um reconhecimento e agradecimento especial a todas as pessoas e entidades que colaboram com este centro e se interessam pelo trabalho desenvolvido (voluntários, estagiários, SEPNA_GNR entre tantos outros.....)

E tu? Que fazes pela conservação da natureza?
Apadrinha um animal em recuperação, torna-te voluntário, colaborador, ou passa a mensagem.

O CERAS está na internet e nas redes sociais.... Procura-nos!

NÚCLEO DO RIBATEJO E ESTREMADURA

Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus

Síntese das actividades desenvolvidas

Com o fim do ano lectivo 2011/2012 o Núcleo do Ribatejo e Estremadura volta mais uma página no seu já maduro percurso em matéria de dinamização de actividades de sensibilização e Educação Ambiental em escolas e instituições da sua área de intervenção. Durante este ano cerca um milhar de crianças e jovens tiveram oportunidade de participar em actividades e palestras sobre os mais diversos temas ambientais nomeadamente, Energia Sustentável para todos, Problemas Ambientais Globais; Floresta; Água; Resíduos, Recursos hídricos, e ainda em actividades comemorativas dos dias alusivos ao Ambiente em que foram desenvolvidas nas instalações do Centro de Educação Ambiental de Ourém, actividades pedagógicas com a participação das escolas do Concelho de Ourém.

Paralelamente, à educação ambiental nas escolas, este núcleo também desenvolveu várias actividades destinadas ao público em geral e que foram coordenadas, em regime de voluntariado, por colaboradores e dirigentes, nomeadamente, uma oficina de construção de uma espiral de ervas aromáticas e medicinais em que participaram cerca de 20 pessoas; uma oficina de construção e utilização de fornos solares que também mereceu o interesse e participação de mais de 20 participantes. Durante os meses de Julho e Agosto foram ainda dinamizadas cinco acções no âmbito do Programa Ciência Viva no Verão que versaram sobre as seguintes temáticas: "Borboletas Nocturnas"; "Libélulas do Nabão"; "Peixes e Náiades do Tejo"; "Morcegos do Convento" e "Fotografia de Conservação". Estas acções em que se verificou um número de inscrições superior às vagas existentes, contaram com a monitorização de investigadores especialistas vindos de várias Universidades e Instituições e com o apoio voluntário de colaboradores e dirigentes desta estrutura da Quercus.

À semelhança daquilo que se passa por todo o País, este núcleo sente a fraca adesão e participação de novos voluntários empenhados no desenvolvimento e dinamização de actividades sendo que as actividades desenvolvidas apenas foram possíveis graças ao esforço, empenho e dedicação voluntária de alguns dirigentes e colaboradores que continuam a acreditar na luta pela causa ambiental. Este núcleo continua aberto à participação e colaboração voluntária dos sócios e de todos os interessados em desenvolver ideias e actividades que possam contribuir para a sensibilização e formação da consciência ambiental dos cidadãos e consequentemente para a melhoria e salvaguarda do Ambiente global.

EA na Mata Municipal

Actividade peixes e naiades do Tejo

Observação de morcegos

Morcegos do Convento

No passado sábado dia 4 de Agosto fomos à descoberta dos morcegos do Convento de Cristo e da Mata Nacional dos Sete Montes em Tomar numa iniciativa da Quercus e do Convento de Cristo, no âmbito do Programa Ciência Viva. A guia Maria João Ramos Pereira, da Unidade de Vida Selvagem do Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro conduziu os mais de 30 participantes, numa viagem pelo misterioso mundo dos morcegos. O Convento de Cristo abriga uma importante colónia de morcego-de-ferradura-mediterrânico, mas outras espécies foram ouvidas através do detector de ultra-sons, como o morcego-anão, o morcego-hortelão, e o morcego-arborícola-gigante. Ao longo da actividade foram discutidos vários temas da biologia e ecologia dos morcegos, desde aspectos do seu ciclo de vida, a ecolocalização, problemas de conservação e serviços de ecossistema providos por estes animais.

BIO GEO GRAFIA

LIMPEZA DO FUNDO DA BAíA DE SESIMBRA
PASSEIO NA ARRÁBIDA

Direção Nacional da Quercus

Limpeza do fundo da Baía de Sesimbra e Passeio na Arrábida
Dias 18 e 19 de Agosto de 2012

A Quercus apoiou a organização da acção de proximidade com os cidadãos, promovida pela Representação Portuguesa da Comissão Europeia, que decorreu nos passados dias 18 e 19 de Agosto, no Parque Natural da Arrábida.

No primeiro dos dois dias realizou-se da parte da manhã uma acção de limpeza sub-aquática do Porto e Baía de Sesimbra, áreas integradas no Parque Marinho Luiz Saldanha e que sofrem de poluição resultante da actividade da pesca e construção naval. Durante a acção de limpeza foram retiradas grandes quantidades de lixo do fundo do mar. Da parte da tarde foi realizado um percurso de bicicleta pela arriba fóssil da Costa Caparica, Mata dos Medos, Herdade da Apostiça, Lagoa Pequena e Sesimbra.

No segundo dia de actividades foi realizado um passeio pedestre na Serra da Arrábida, junto à zona de Vila Nogueira de Azeitão. Durante o mesmo percurso foi possível reconhecer a beleza e a diversidade natural deste local mas também detectar algumas potenciais ameaças ambientais, nomeadamente algumas construções ilegais e depósitos de resíduos não autorizados.

NÚCLEO DA GUARDA

Núcleo Regional de Guarda da Quercus

Contactos do Núcleo

Núcleo Regional da Guarda
Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Apartado 156
Município Guarda
6301-954 Guarda

Tlm. 931 104 568 (rede Vodafone)
Fax. 271 388 232
E-mail guarda@quercus.pt

Itinerário das renováveis
Naquele que é o Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos, o Núcleo Regional da Guarda da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza em parceria com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda, lança a 1.ª edição do Itinerário das renováveis a realizar pelo concelho da Guarda. Trata-se de um conjunto de visitas técnicas que todos os interessados poderão participar e conhecer de perto um sistema integrado de energia solar e energia eólica desenvolvido na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, o funcionamento de um parque eólico e de uma barragem. Até ao momento de fecho da edição deste jornal realizaram-se as visitas de 21 e 28 de julho. Estando ainda previstas as visitas de 25 de agosto e 8 de setembro, respetivamente à barragem do Caldeirão e à Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda e ao parque eólico da Quinta do Zambito. As visitas são gratuitas necessitando os interessados apenas de efetuar a sua inscrição através dos contactos ao lado.

Festival Danças na Água e Andanças24
Nos dias 1 a 5 de agosto alguns voluntários do Núcleo da Quercus da Guarda participaram no festival Danças na Água bem como no Andanças que se realizou em Celorico da Beira, na freguesia da Ratoeira. Estes festivais forneceram a inspiração e o convite para as pessoas dançarem, partilharem e desfrutarem de música e danças tradicionais, animação e atividades de identidade local, oficinas, bailes e passeios. A Quercus foi assim convidada para ter uma barraquinha nestes dias, onde a maior atração foram os fornos solares. O cheiro, não só das maças assadas, bem como os saborosos chás, passando pelas batatas cozidas com chouriça, invadiu os ares nestas *Andanças.*

Ficam as atividades para os próximos meses:
_ 25 de agosto – Itinerário das renováveis
(visita técnica à barragem do Caldeirão)
_ 8 de setembro – Itinerário das renováveis
(visita técnica ao IPG e a um parque eólico)
_ Setembro/outubro – Workshop de eficiência energética
_ Outubro/novembro – Projeto "uma criança um Castanheiro"

Neste momento o Núcleo não possui horário de atendimento fixo. Se pretender contactar o Núcleo ou agendar uma reunião pode fazê-lo através dos contactos abaixc. Fique atento às novidades sobre a nova sede do Núcleo. Brevemente.
Acompanhe as novidades das atividades do núcleo no Facebook ou através do blog: http://quercusnrguarda.blogspot.com

FICHA DE ATIVIDADE
FIM-DE-SEMANA EUROPEU DE OBSERVAÇÃO DE AVES
6 E 7 DE OUTUBRO DE 2012

Organizador: BirdLife International / **Organizador em Portugal:** SPEA/BirdLife
Título: As aves rupícolas e aquáticas
Tipo: Saída de campo
Data: 6 de Outubro de 2012

Entidade organizadora: Associação Transumância e Natureza / Quercus Guarda / Associação Transcudânia
Local: Reserva da Faia Brava / Barragem de Almofala
Concelho: Figueira de Castelo Rodrigo

Enquadramento/Descrição: Observação de aves em dois habitats distintos. Pela manhã na Reserva da Faia Brava junto ao vale do rio Côa (aves rupicolas e florestais), à tarde na barragem de Almofala (aves aquáticas)
Guias: Eduardo Realinho e Ricardo Nabais
Destinatários: Todos os interessados em observar aves e conhecer a paisagem natural da região

Hora Início e local de encontro: 9H00 - junto à Casa da Cultura de Figueira de Castelo Rodrigo
Hora Final e local: 16H00 no mesmo local
Nº participantes: 14
Preço: Grátis
Recomendações: Calçado e roupa adequada à época do ano; àgua e almoço volante; binóculos e máquina fotográfica se possuirem
Contactos para inscrições: 963270140 / r.nabais@atnatureza.org / transcudania@gmail.com

FALTA DE FISCALIZAÇÃO GERA FALÊNCIAS
EM EMPRESAS CUMPRIDORAS

Rui Berkemeier
CIR - Centro de Informação de Resíduos da Quercus

Falta de fiscalização das empresas ilegais de recolha de óleos de fritar leva empresas cumpridoras à falência

A recolha de óleos alimentares usados (OAU) para produção de biodiesel é já uma realidade em Portugal, com a instalação de diversas empresas de produção deste combustível e a criação de uma rede de recolha de óleo, quer no setor da restauração, quer mais recentemente junto a produtores domésticos na sequência de legislação que obriga as câmaras municipais a recolherem este resíduo.

Estão assim criadas as condições para que os OAU deixem de ser despejados no esgoto doméstico, onde causam problemas às redes de drenagem e ao funcionamento das ETAR, sendo agora possível a sua utilização no fabrico de um combustível renovável, o biodiesel, contribuindo assim para uma maior independência do nosso país face ao petróleo, para a redução da emissão de gases de efeito de estufa, assim como de outros gases poluentes.

Este cenário muito positivo está a ser posto em causa por clara ineficiência de fiscalização por parte das entidades oficiais. Com efeito, tem-se assistido nos últimos meses a uma grande proliferação de empresas ilegais de recolha de óleos alimentares usados que atuam sem possuírem autorização para a gestão de resíduos, utilizando instalações que não estão licenciadas.

Muitas destas empresas possuem mesmo contratos com câmaras municipais para recolha do OAU de origem doméstica, sem que as autarquias tenham verificado se os requisitos legais foram cumpridos.

Isto só é possível porque a política de fiscalização do Ministério do Ambiente dá prioridade ao controlo das empresas com instalações licenciadas, afetando poucos recursos à fiscalização das empresas que apenas efetuam a recolha de resíduos, o que deixa uma grande margem para a ilegalidade.

Como resultado, as empresas de recolha e processamento de óleos alimentares usados que atuam dentro da lei estão a sentir grandes dificuldades para sobreviver, estando mesmo em sério risco de abrir falência.

Por outro lado, como as empresas ilegais enviam o óleo para Espanha, as empresas portuguesas que produzem biodiesel a partir de óleos alimentares usados quase não têm acesso à matéria-prima, tendo por esse motivo algumas já fechado as portas.

Portugal fica assim privado de uma fonte de energia renovável, uma vez que o biodiesel obtido a partir dos óleos usados é um combustível que substitui o gasóleo.

De referir ainda que, como os créditos de carbono referentes à produção dos pequenos produtores dedicados são retidos a favor do Estado, não podem ser uma fonte de receita alternativa para compensar o custo da matéria-prima. Assim, nem o Estado beneficia com estes créditos, porque o benefício vai para os produtores estrangeiros, nem os pequenos produtores dedicados têm custos que lhes permitam concorrer no mercado.

O Estado também sai lesado de outra forma, uma vez que devido à ineficaz fiscalização do Ministério do Ambiente acaba por receber menos receitas em IVA, IRC, IRS e prestações para a Segurança Social que seriam pagas pelas empresas legalizadas para a recolha e tratamento dos óleos alimentares caso não sofressem a concorrência desleal das empresas ilegais que naturalmente pouco ou nada pagarão ao Estado.

Depois de ter ajudado a divulgar a utilização de OAU para a produção de biodiesel e de ter apoiado a instalação das primeiras fábricas de produção deste combustível a partir de resíduos, a Quercus não pode aceitar que por negligência do Estado, todo um setor económico seja posto em causa, mais ainda quando se trata de uma atividade extremamente benéfica para o ambiente e geradora de postos de trabalho.

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

PROJECTO ECOCASA

Sara Campos

DIRETIVA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Implementação de medidas de poupança está nas mãos dos Estados Membros

Após meses de negociação política, no dia 13 de junho chegou-se finalmente a um acordo em Bruxelas relativamente à Diretiva de Eficiência Energética (EED, na sigla em inglês). Esta conquista é um importante passo uma vez que abre o caminho à União Europeia para uma significativa poupança energética e, claro, financeira de 200 mil milhões de euros por ano até 2020, de acordo com uma estimativa da Comissão Europeia (CE). O testemunho está agora na mão dos 27 Estados-Membros, que deverão mostrar determinação na implementação desta Diretiva na respetiva legislação, de modo a assegurar que cidadãos e empresas poderão beneficiar com as novas medidas.

Em 2007, a própria União Europeia definiu como meta para 2020 conseguir uma poupança energética de 20%, entre edifícios, indústria e transportes. Acreditava-se, na altura, que este objetivo seria alcançado com relativa facilidade. Com claras vantagens económicas e um vasto leque de benefícios para os consumidores e para a economia, ainda assim assumiu-se que uma meta vinculativa não era necessária. Porque hesitaram consumidores, empresas e governos em implementar medidas que reduziriam os custos energéticos, criariam emprego e diminuiriam a dependência externa? Como resultado, a meta criada não foi vinculativa, apesar de vozes discordantes. Vozes essas que, de facto, estavam certas. O preço da falta de ambição que esteve subjacente a essa decisão política está à vista: a UE ficou longe de cumprir o seu objetivo.

Na mesma altura, foram definidos outras duas metas, estas já vinculativas: uma primeira com o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em 20% até 2020, em relação aos níveis base de 1990; e uma segunda também com a meta de atingir 20% de produção energética a partir de fontes renováveis até 2020 em toda a Europa. As três metas em conjunto (considerando também a da poupança energética), colocariam a UE no caminho certo para construir uma economia de baixo carbono.

Contudo, tornou-se claro que, sem esforços específicos, a UE só conseguirá alcançar metade da poupança energética prevista até 2020. Perante esta evidência, a Comissão Europeia apresentou uma proposta legislativa que retomasse a persecução desse objetivo. A Diretiva de Eficiência Energética foi o resultado desse esforço legislativo.

Agora que a Diretiva foi aprovada, qual o próximo passo para concretizar o potencial de poupança energético nos países membros? A resposta pode ser sintetizada de três formas:

1 – A CE deverá fornecer aos Estados-Membros um quadro sólido com vista à implementação da Diretiva, assegurando uma consistente interpretação e transposição da mesma para a lei nacional. Esta orientação deverá incluir regras para o cálculo da poupança energética alcançada modelos completos para a criação dos Planos Nacionais de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE), nos quais cada Estado-Membro deve definir como irá implementar a Diretiva. Por outras palavras, resume-se a fornecer um quadro que ajude a transformar um documento legislativo em estratégias e medidas concretas de eficiência energética, em cada país.

2 – Por seu lado, os Estados-Membros devem implementar as medidas de eficiência energética definidas na Diretiva. Um delas consiste, por exemplo, em renovar, por ano, 3% dos edifícios da administração central garantindo o seu baixo consumo energético. Por outro lado, os fornecedores de energia são obrigados a economizar anualmente 1,5% da energia vendida, em relação ao ano anterior. Isto obriga as empresas fornecedoras de energia a identificar e implementar medidas de eficiência energética junto dos seus clientes, seja através de eletrodomésticos mais eficientes, de melhor isolamento dos edifícios ou de uma utilização mais racional da energia.

3 – Por último, a CE deve monitorizar a implementação da Diretiva por parte dos Estados-Membros e analisar se a UE se mantém no caminho para alcançar a meta de redução do consumo energético em 20% como resultado das medidas implementadas. Caso contrário, deverá propor medidas adicionais para assegurar que esse objetivo é cumprido.

Caso seja implementada corretamente, o efeito positivo desta nova legislação começará a ser sentido em breve. Num país como Portugal, poderá ser alcançada uma poupança de 24 mega tonelada equivalente de petróleo (Mtep).

No entanto, não podemos ser complacentes. A atual Diretiva ainda não é suficientemente ambiciosa. Analisadas em conjunto, as medidas definidas apenas permitirão alcançar 15% da meta inicial de 20% traçada para 2020. Esta última só poderá ser cumprida através de uma clara ambição dos Estados-Membros na implementação da Diretiva e indo mais além dos requisitos mínimos que esta estabelece. Sem essa ambição, correm o risco de ser confrontados com metas de redução obrigatórias impostas pela CE.

Neste ano de Jogos Olímpicos, será que os Estados Membros querem conquistar o ouro da poupança energética?

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

Campanha "Portugal precisa da nossa Energia"

Este é o mote da campanha lançada recentemente pela APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis, que explica, sem rodeios, os benefícios do investimento em energias renováveis em diversos setores de atividade. Em pleno Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos, embora na sombra da crise, esta mensagem chega na altura certa e mostra o potencial estratégico das renováveis em áreas como a economia, o ambiente, a indústria, os municípios, as finanças e a educação.

A criação de emprego e o investimento em torno das diversas tecnologias a partir das quais se pode produzir energia renovável – seja ela eólica, solar, hídrica ou de biomassa - são o ponto forte de um leque de argumentos onde figuram também outros grandes trunfos. Contrariamente aos combustíveis fósseis, as renováveis são inesgotáveis, têm um vasto potencial de aperfeiçoamento tecnológico e constituem energia limpa. Numa altura em que a crise é tópico inevitável no dia-a-dia, a economia verde surge como uma oportunidade de promover o desejado desenvolvimento para tirar o país da austeridade.

Para traduzir estes benefícios em exemplos práticos, fundamentados por dados concretos, a APREN recorreu a um formato publicitário inovador: sete cartas abertas publicadas na imprensa e dirigidas a um conjunto de personalidades relevantes em cada uma das áreas acima referidas. Com um conteúdo informativo e um design forte, as cartas funcionam como cartaz da campanha, veiculando a mensagem. Dividir a mensagem por temas, utilizando uma linguagem simples foi a estratégia utilizada para clarificar uma matéria que tem, na sua natureza, contornos muito técnicos.

Publicadas entre os meses de maio e julho, as sete cartas foram dirigidas a Vítor Gaspar, Ministro das Finanças; Assunção Cristas, Ministra do Ambiente; Álvaro Santos Pereira, Ministro da Economia e Emprego; Jorge Morgado, Secretário Geral da Deco; Fernando Ruas, Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses; António Saraiva, Presidente da Confederação Empresarial de Portugal e, por fim, a António Rendas, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

A auxiliar a divulgação das cartas abertas na imprensa, a campanha estendeu-se ainda à rádio e às redes sociais, apostando nos formatos de vídeo e áudio para explicar, de forma simples, o porquê de "Portugal precisar da nossa energia", que podem ser visualizados em www.apren.pt ou www.youtube.com/aprenpt.

Renováveis e a criação de emprego verde

A energia é o setor onde o emprego pode vir a ter maior expressão num contexto de desenvolvimento sustentável. As energias renováveis têm 5 a 40 vezes mais empregos por MW que a exploração dos combustíveis fósseis. A produção de eletricidade a partir de painéis fotovoltaicos está associada a 10 vezes mais empregos por GWh que numa central térmica a combustíveis fósseis. Em termos de empregos por Euro gasto, o recurso à energia eólica e à combustão de biomassa também revelam um maior número por comparação com o recurso a combustíveis fósseis.

O Programa das Nações Unidas para o Ambiente estima que número de empregos verdes associados às energias renováveis deverá ser da ordem de 750 mil por ano. Em Portugal, prevê-se, já para 2015, o surgimento de cerca de 61 mil empregos relacionados com o setor das energias renováveis, dos quais 6 mil empregos diretos. A contribuição total do setor das energias renováveis para o PIB nacional em 2008 era de 2,1%, prevendo-se que atinja 4,1% em 2015.

Produzir energia por fontes renováveis é uma forma de garantir a independência energética do país, de promover o crescimento económico e de reduzir as emissões de gases de feito de estufa responsáveis pelo aquecimento global. Esta deve ser uma aposta política e ambiental para um futuro mais sustentável.

Sara Campos /ECOCASA

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Grupo de Trabalho da Conservação da Natureza

Reserva biológica dos Colmeais
Terminou em Junho o estágio curricular dum aluno do curso de biologia e recursos naturais da ESAB –Escola Superior Agrária de Beja, o qual constou num trabalho de levantamento e caracterização da área desta micro-reserva e dos valores naturais aí presentes, com vista à elaboração dum plano de gestão para a mesma.

Reserva Biológica de S. Vicente
Na micro-reserva biológica de São Vicente foram efectuadas ao longo deste ano vários trabalhos de vigilância a monitorização da colónia de francelho (*Falco naumanni*). Durante os meses de Janeiro e Fevereiro, antes das aves regressarem da sua migração anual, foram efectuadas algumas intervenções de manutenção na estrutura, nomeadamente a limpeza de cavidades e ninhos artificiais, verificações de segurança e controlo mecânico e manual da vegetação que cresceu no seu interior. Durante a época de nidificação, o trabalho tem incidido na monitorização da colónia, quer à distância (para estimar o número de indivíduos/casais presentes e identificar ninhos ocupados), quer através de verificações do conteúdo dos locais de nidificação, anilhagem e recolha de aves feridas/debilitadas para recuperação. Relativamente ao francelho (*Falco naumanni*), espécie estepária ameaçada para a qual o projecto foi criado, temos confirmado este ano a presença de 13 casais nidificantes, que deram origem a 41 crias. É também de destacar a presença de outras espécies a nidificar no local, nomeadamente um casal de peneireiro-comum (*Falco tinnunculus*) e um casal de rolieiros (*Coracias garrulus*), espécie ameaçada e classificada em Portugal como "Criticamente em Perigo".

PROJECTO LIFE "Habitats Conservation"
Teve lugar em 13 de Julho um Workshop subordinado à temática da "gestão de habitats com recurso a caprinos", o qual se realizou nas instalações da Junta de Freguesia de Fátima e contou com a participação do Instituto Politécnico de Bragança através do Centro de Investigação de Montanha da Escola Superior Agrária, instituição que deu suporte à organização e à maioria das intervenções técnicas que aí tiveram lugar.
As comunicações estão disponíveis no sítio web do projecto em http://www.habitatsconservation.org
Foi também editada a brochura do projecto, publicação onde é possível dar a conhecer a área de intervenção, os seus objectivos e as acções a desenvolver com vista à sua concretização.
No capítulo da promoção de plantas aromáticas está já disponível no nosso sítio web o código de ética associado à sustentabilidade da prática da apanha e tratamento de plantas aromáticas, medicinais e condimentares, documento para o qual se receberam contribuições de diversos especialistas e entidades ligadas a esta matéria e à conservação da flora. Está também disponível o relatório de caracterização de habitats, documento fundamental ao conhecimento da situação de referência no terreno. Esta informação permite a definição dos percursos para os caprinos associados a este projecto e a monitorização do efeito do pastoreio na vegetação.
Foram entretanto criados dois pontos de abeberamento amovíveis, com vista a disponibilizar água aos animais, especialmente na época de estio. Para abastecer estes pontos de água foram adquiridos dois Joper para levar água até a estes dois locais.

PROJECTO LIFE+ ECOTONE

Paulo Lucas

Gestão de habitats ripícolas
para a conservação de invertebrados ameaçados
Iniciou-se em Janeiro o projecto Life+ Ecotone, cujo objectivo central do projecto é conceber, implementar e avaliar metodologias de gestão activa do habitat prioritário -91E0 *Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae*)- para incrementar populações de odonatos (*Oxygastra curtisii, Gomphus graslinii e Macromia splendens*) e melhorar o estado de conservação das populações de náiades ameaçadas [*Margaritifera margaritifera e Unio tumidiformis* (=*Unio crassus*)]. Em paralelo, utilizar-se-ão técnicas de reprodução *ex situ*, com vista a incrementar populações de náiades [*Margaritifera margaritifera e Unio tumidiformis (=Unio crassus*)] e reforçar das populações de peixes hospedeiros das espécies (*Salmo trutta* e *Squalius torgalensis*, respectivamente).

O projecto vai desenvolver-se em troços de dois cursos de água com características diferenciadas, localizados nos SIC "Rio Paiva" (PTCON0059) e "Costa Sudoeste" (PTCON0012), prevendo-se diferentes abordagens em função das características dos locais intervencionados: o rio Paiva é um curso de água com caudal permanente, com águas bem oxigenadas; enquanto que a ribeira do Torgal apresenta padrões de caudal altamente variáveis, quer sazonalmente, quer inter-anualmente, que lhe conferem um regime hidrológico temporário.

Os bosques de amieiros (*Alnus glutinosa*) instalam-se, em geral, nas margens de cursos de água permanentes, de águas correntes mais ou menos rápidas (*fácies lóticos*) ou, de forma localizada, em águas lentas (*fácies lênticos*), estando quase ausentes dos cursos de água temporários de acusado regime torrencial, por conseguinte, este habitat tem o seu óptimo fitossociológico nos troços médios de rios com águas oligotróficas a mesotróficas e solos siliciosos. Estas formações são compostas floristicamente, ao nível do estrato arbóreo por *Alnus glutinosa, Fraxinus angustifolia, Salix atrocinerea;* o estrato arbustivo por arbustos espinhosos como *Crataegus monogyna* e arbustos não espinhosos como *Salix salviifolia subsp. salviifolia, Frangula alnus e Sambucus nigra; lianas – Bryonia dioica subsp. cretica, Hedera helix s.l., Tamus communis e Vitis vinifera subsp. sylvestris;* e por um estrato herbáceo – numerosas espécies *higroesciófilas e nemorais*, entre as quais numerosos pteridófitos (e.g. *Asplenium onopteris, Athyrium filix-femina, Blechnum spicant, Dryopteris sp. pl., Osmunda regalis, Polystichum setiferum*).

Em grande parte das situações, como a que se regista nos locais de intervenção do projecto, como num passado recente se situaram na interface campos de cultivo -cursos de água e perto de alguns povoados, em solos de interesse agrícola, os amiais foram reduzidos, por acção antrópica, a uma estreita cortina com uma única fiada de árvores. A reclamação pela agricultura de parte do habiat amial foi acompanhada pela fixação dos talvegues dos cursos de água e uma redução da área de ocupação de charcas temporárias estivais e de depósitos de sedimentos naturalmente associadas a este habitat. Por outras palavras, numa condição pristina, certamente ante-medieval, os amiais eram mais espessos e meandrizados, dispunham-se em mosaico com charcas temporárias e depósitos de sedimentos, estavam sujeitos a perturbações (sobretudo enxurradas) de maior severidade. Os cursos de água, por seu turno, mudavam frequentemente de leito. Esta constatação é, so por si, uma justificação para investir na expansão da sua área de ocupação.

Mais especificamente, o projecto visa favorecer a biodiversidade e a integridade ecológica das áreas a intervencionar, da seguinte forma:
Melhorar o grau de conservação do habitat prioritário bosques ripícolas de amieiro [91E0 *Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae*)];
Abrir clareiras pontuais, criando um mosaico no interior do habitat prioritário bosques ripícolas de amieiro [91E0 *Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae)*], alternando espaços densos e sombrios com outros sujeitos à luz solar, de forma a possibilitar a plantação e instalação de macrófitos;
Reconectar velhos leitos do curso de água existentes para que mais facilmente fiquem sujeitos a inundações periódicas, e criem empoçamentos mais ou menos perenes, que se constituirão como áreas essenciais para que os odonatos se instalem, se reproduzam e completem com êxito o seu ciclo biológico;
Potenciar uma maior heterogeneidade de formas e de condições hidráulicas, através da instalação criteriosa de pequenos bloqueios e deflectores que, ao proporcionarem diferentes velocidades de corrente e tipos de movimento, provocam alterações de micro-topografia para criação de micro-habitats para odonatos e náiades e para melhorar as interacções entre estes últimos e seus peixes hospedeiros;

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

Paulo Lucas

Paulo Lucas

Paulo Lucas

Paulo Lucas

Paulo Lucas

Desenvolver um programa de reprodução *ex situ* de duas espécies de náiades [*M. margaritifera e U. tumidiformis (=U. crassus)]* e dos respectivos hospedeiros [truta - *Salmo trutta* (forma sedentária) e escalo do Mira – *Squalius torgalensis*. Este programa pretende dar suporte a técnicas de reforço das populações de ambos com resultados previsíveis. Para a dinamização do programa de reprodução em cativeiro, serão utilizados dois postos aquícolas do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas: de Campelo (Figueiró dos Vinhos) e o de Torno (Amarante).

Criar parcerias com autarquias e com clubes de caça e pesca locais para criação de duas zonas de pesca concessionadas, de forma a garantir zonas de protecção para as náiades e o estabelecimento de medidas de longo prazo para a manutenção das populações de hospedeiros das larvas das náiades. Pretende-se demonstrar que, com apoios locais e com a colaboração activa dos parceiros co-financiadores, é possível criar mais-valias económicas com a gestão da pesca desportiva, permitindo que parte das verbas sejam encaminhadas para a manutenção dos habitats e das espécies.

Fase preparatória, serão realizados trabalhos de:

Caracterização e diagnóstico da situação dos habitat-alvo, não só através da sua cartografia de pormenor usando meios topográficos, mas também recorrendo à metodologia *River Habitat Survey*, ferramenta a utilizar na monitorização da componente hidromorfológica, abrangendo a escala longitudinal e a transversal do curso de água, incluindo o canal, a zona ripária e o leito de cheia;

Inventariação das populações de odonatos e náiades, aprofundando os conhecimentos relativos às suas distribuições nas áreas seleccionadas, sendo a monitorização dos resultados sobre as espécies decorrerão ao longo do projecto;

Inventariação das densidades de peixes hospedeiros das larvas das náiades para calcular o esforço de repovoamento necessário e não colocar em causa a sobrevivência das populações selvagens;

Definição do plano de acção, incluindo a sua operacionalização, calendarização e monitorização de indicadores, meios de verificação e pressupostos de realização;

Elaboração dos projectos técnicos das intervenções a realizar no terreno.

Segunda fase, terão início as acções de restauro do habitats-alvo e de reconfiguração da micro-topografia do leito e das margens e serão efectuadas as capturas das náiades e dos peixes hospedeiros das suas larvas. Nesta fase terá também início a componente de reprodução *ex situ*, após adequação das instalações e instalação dos equipamentos necessários.

Terceira fase, continuar-se-ão as acções de restauro do habitat, dando especial enfoque à diversificação de micro-habitat para odonatos, náiades e peixes e serão instaladas as primeiras novas colónias de náiades e libertados os primeiros juvenis dos peixes hospedeiros. A aplicação destas acções estará sujeita a uma monitorização permanente, a fim de avaliar se as diferentes técnicas utilizadas são susceptíveis a apresentar resultados satisfatórios para a manutenção de habitats em bom estado de conservação e no incremento das populações de invertebrados, e se destas resulta algum campo de aplicação para a sua replicação em cursos de água com características similares, fornecendo orientações para garantir a sua continuidade no longo prazo. Para caracterizar a situação de referência relativa às populações de libélulas e de peixes hospedeiros das náiades e para monitorizar os resultados das acções a implementar foram celebrados protocolos com duas instituições científicas com vasta experiência nestas áreas: o TAGIS –Centro de Conservação de Borboletas de Portugal e o Centro de Biociências do ISPA –Instituto Universitário.

Este projecto irá incluir um programa de comunicação e de divulgação de resultados. Para além das medidas obrigatórias, prevemos o uso de diferentes meios, consoante o público-alvo e o alcance da sua divulgação, destacando-se publicações impressas diversas, uma exposição, um suplemento de divulgação do progresso dos resultados do projecto e recursos audiovisuais.

O projecto visa efectuar as seguintes intervenções, distribuídas ao longo de 12 Km lineares de zona ripária no Rio Paiva e 5 Km na ribeira do Torgal:

Restaurar cerca de 15 hectares do habitat prioritário -91E0 *Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae*), ou seja, 11 hectares no SIC "Rio Paiva" e 4ha no SIC "Costa Sudoeste";

Aumentar a área de ocupação do habitat em aproximadamente 5ha.

Para tal, nos cerca de 20 hectares, preconiza-se a realização das seguintes acções:

Plantar cerca de 10000 árvores e arbustos presentes nas composições florísticas dos bosques de amieiros locais (e.g. *Alnus glutinosa, Fraxinus angustifolia, Laurus nobilis, Salix atrocinerea, Crataegus monogyna, Salix salviifolia subsp. salviifolia, Frangula alnus e Sambucus nigra*);

Reconectar 5 hectares de leitos antigos de rio e melhorar 2 hectares de novas áreas para incrementar as populações de odonatos, através da instalação de macrófitos;

Reforçar os núcleos populacionais existentes de *M. Margaritifera* adicionando 4.500 juvenis aos 500 indivíduos adultos que se estimam existir;

Reforçar os núcleos populacionais de *U. tumidiformis (=U. crassus*) com 400 indivíduos juvenis, que se juntarão aos 100 adultos que se estimam existir;

Realizar 2 acções de repovoamento de peixes hospedeiros das larvas;

Criar e dinamizar duas áreas de pesca desportiva concessionada;

Produzir materiais de divulgação como um folheto, uma brochura, três vídeos e um documentário, dois cartazes com ilustração científica sobre o ciclo de vida de náiades e dos peixes hospedeiros e sobre as libélulas, bem como elaborar uma exposição interpretativa sobre os bosques ripícolas de amieiros, complementada com um guia de exploração pedagógica e um suplemento num jornal.

Parceiros

Núcleo Regional do Porto

Promoção Loja Quercus

Consuma de forma mais responsável, equilibrada e sustentável!

WC Pato Casa de Banho Ecológico
1.88 €

Diese Chá Preto Bio Revigoratis
2.44 €

Diese Infusão Mediterrâneo Bio Digeris
2.09 €

Borboleta em Algodão
6.59 €

Óleo Seco para Corpo com Baunilha e Canela
3.15 €

Máscara Purificante para a Cara com Chá Verde, Toranja e Maçã
12.89 €

Caixa-ninho para Aves com Telhado em Xisto
19.28 €

T-shirt Instinto Materno
13.00 €

Flor de Sal de Castro Marim com Ervas Aromáticas para Peixe
3.15 €

Flor de Sal de Castro Marim 250 gr
4.34 €

T-shirt LOBACHOS
13.00 €

E-loja Quercus

Caso não seja da área do Grande Porto, pode também adquirir de forma prática e cómoda os produtos da Loja Quercus. Para isso basta aceder à página: e-loja.quercus.pt.

CONSELHO AMBIENTAL

Escolha bebidas em embalagens retornáveis
Todos os dias produzimos uma grande quantidade de lixo que tem de ser tratado, representando sempre, uma vez mais outras menos, impactes negativos sobre o ambiente e elevados custos na sua gestão. Em média, cada madeirense produz mais de 1,5 quilos por dia o que significa quase 400 toneladas que todos os dias vão parar aos nossos caixotes de lixo custando largos milhões de euros por ano a sua gestão.

Saber escolher os produtos pela embalagem
Por isso, para além de separar os resíduos para reciclagem, é fundamental pensar sobre o que podemos fazer para produzir menos lixo. Quando vamos às compras e escolhemos os produtos que vamos levar para casa essa deve ser uma preocupação sempre presente.

Retornável não produz lixo
Por exemplo, escolher embalagens retornáveis, que são entregues no local da compra para serem devolvidas à fábrica onde serão novamente utilizadas, é uma forma de evitar a produção desses resíduos de embalagens.

Como funciona o retornável?
Na compra dessas águas ou refrigerantes vai pagar uma taxa de depósito que lhe será devolvida quando entregar as garrafas. Sai-lhe mais barato e é melhor para o ambiente.

Idalina Perestrelo

LIVROS

Economia do Meio Ambiente
de Peter H. May

Este livro trata da complexa relação entre Economia e Meio Ambiente. Resultado de um trabalho conjunto entre professores e pesquisadores renomeados na área, afiliados à Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, visa preencher uma lacuna na literatura. É a única referência em língua portuguesa que trata da Economia do Meio Ambiente numa perspectiva informada pela literatura internacional e pelos principais especialistas em cada assunto, mas com enfoque direccionado à realidade brasileira. Para esta 2ª edição o conteúdo foi completamente revisto. Além disso, reformulou-se a estrutura do livro para reflectir a evolução de conceitos e temas ambientais da actualidade nacional, incluindo três novos capítulos com destaque na valoração e mecanismos de compensação pelos serviços da natureza (carbono, água e biodiversidade), a avaliação económica de usos do solo na floresta amazónica e o potencial para energia de fontes renováveis. Adicionalmente, reforçou-se a base teórica e metodológica presente na primeira parte do livro, com a adição de dois novos capítulos, sobre o fundamento termodinâmico da economia ecológica e a criação e aplicação de indicadores de sustentabilidade. Finalmente, foi elaborado um capítulo completamente novo sobre o tema de comércio internacional e meio ambiente. O formato didáctico foi mantido, com a inclusão de exercícios, guias de leitura adicional e um estilo orientado para o uso em cursos dedicados ao tema de Economia do Meio Ambiente.

Editora: Campus

P.V.P.: €48,76

LINKS

www.birdwatching.com _ birdwatching

www.apambiente.pt _ Agência Portuguesa do Ambiente

www.cm-silves.pt _ Câmara Municipal de Silves

ECOTOPIA

A Quercus garantiu a aquisição de um terreno de 10.500 m² para preservar a única população de *Leuzea longifolia* existente no Sítio de Importância Comunitária da Rede Natura 2000 "Azabucho", no concelho de Leiria. De modo a concretizar a aquisição e a legalização do terreno, a Quercus irá lançar uma campanha para incentivar os cidadãos a contribuir para a verba em falta.

De salientar que o habitat da espécie e os **espécimes existentes só existem hoje devido à ação da Quercus,** pois o proprietário preparava-se para mobilizar o solo e plantar eucaliptos, ficando irremediavelmente comprometidos os compromissos assumidos pelo Estado Português perante a União Europeia, aquando da designação do Sítio "Azabucho". De salientar que, se a atual proposta de alteração legislativa relativa às Ações de Arborização e Rearborização já estivesse em vigor, as autoridades não teriam tido qualquer possibilidade de intervir nesta situação, já que a área em causa tem menos de 5 hectares. Entretanto o terreno foi já integralmente vedado e foram já iniciadas as primeiras ações de limpeza de sobrantes florestais que resultaram do corte do pinhal que existia no local.

A *Leuzea longifolia* é uma planta exclusiva de Portugal, raríssima, que está em perigo de extinção. Conhecem-se apenas alguns núcleos geograficamente afastados, e portanto isolados biologicamente, compostos por um número muito reduzido de indivíduos, o que, a juntar ao isolamento e à perturbação a que o homem os sujeita, contribui decisivamente para a vulnerabilidade desta planta. Com esta iniciativa, pretende-se contribuir para salvaguardar a espécie e criar a 13.ª micro-reserva biológica gerida pela Quercus. A rede de micro-reservas biológicas da Quercus foi criada em 2004, tendo recebido, este ano, uma menção honrosa no âmbito do Prémio BES Biodiversidade.

A Quercus necessita de um total de 11.000 euros para adquirir e fazer a legalização do terreno. Já foi efetuado contrato-promessa compra e venda, tendo a Quercus sinalizado a aquisição com 50% do valor acordado com o proprietário (5.250 euros). Com fundos próprios e apoios de empresas já conseguimos 6.000 euros, **mas continuam a faltar 5.000 euros.** Considerando que a ajuda dos cidadãos é fundamental, será lançada nos próximos tempos uma campanha para angariar a verba que nos falta.

Visite o site da Quercus e efectue um donativo para o Fundo de Conservação da Natureza da Quercus!

LEUZEA LONGIFOLIA

QUERCUS ADQUIRE TERRENO E LANÇA CAMPANHA PARA CONSERVAR PLANTA EM PERIGO DE EXTINÇÃO

RETRATO

Paulo Lucas _ Texto e Fotografias
Fundo de Conservação da Natureza da Quercus

Poda de Árvores Fruteiras
13 e 26 de Outubro 2012
Quinta da Gruta - Maia
Duração: 12 horas
Número Mínimo de Participantes: 10
Formador: Daniel Oliveira Magalhães
Eng. Agrícola e Arquiteto Paisagista
Informações/Inscrições
Contato Tlm: 931620212
E-Mail: porto@quercus.pt
Quercus

Agricultura Biológica
"curso"
6 Outubro
3, 10, 17, 24 Novembro
15 Dezembro
14h 30 às 17h 30
Quinta Pedagógica de Real, Braga
> Sócios: 54€
> Não Sócios: 67€
> Mínimo de inscrições
10 Formandos

Jardim de Inverno
3 de Novembro 2012
Quercus
Duração: 4 horas
Local: Quinta da Gruta - Maia
Número Máximo de Participantes: 18
Formadora: Alcide Gonçalves
Arquiteta Paisagista

Oficina de Sementes
27 Outubro
> 14h 30 às 17h 30
Quinta Pedagógica de Real, Braga
> Sócios: 11€
> Não Sócios: 13€
> Mínimo de inscrições
10 Formandos

Monitorização no Rio Leça
15 Setembro
10:00 às 12:00
Local da Ação: Ribeira do Arquinho
Local do Encontro: Quinta da Gruta
Inscrições Gratuitas
Contato Tlm: 931620212
E-Mail: porto@quercus.pt
maia
Quercus

Frutos do Bosque
"oficina"
20 Outubro
> 10h 30 às 13h
> 14h 30 às 17h 30
Quinta Pedagógica de Real, Braga
> Sócios: 21€
> Não Sócios: 24€
> Mínimo de inscrições
10 Formandos

Jardins Sustentáveis
29 de Setembro e 6 de Outubro 2012
Quercus
Duração: 14 horas
Local: Quinta da Gruta - Maia
Número Máximo de Formandos: 20
Formador: Daniel Oliveira Magalhães
Eng. Agrícola e Arquiteto Paisagista
Informações/ Inscrições:
Contato:931620212
E-Mail: porto@quercus.pt

Oficina de Biocontroladores
13 Outubro
> 9h às 13h
> 14h às 17h
Quinta Pedagógica de Real, Braga
> Sócios: 25€
> Não Sócios: 30€
> Mínimo de inscrições
10 Formandos

PARTICIPAR

1-3 *Cúpula dos Povos no Aterro do Flamengo*

4 *Apresentação do Condomínio da Terra*

5 *Ações de activistas em copacabana*

7 *Apresentação dos projectos da Quercus - Minuto verde*

6 *Plenário Rio+20 Barra da Tijuca*

8-9 *Mega manifestação da sociedade civil no centro do rio de janeiro*

"A Terra dá o suficiente para satisfazer as necessidades de todos os homens, mas não a sua ganância"
- Mahatma Gandhi

"Cumpram as promessas feitas na Eco 92,... Prometeram combater as alterações climáticas, garantir o acesso universal à água potável e à alimentação, respeitar o ambiente. As promessas foram feitas mas o nosso futuro continua ameaçado. ... Estou aqui a lutar pelo meu futuro e quero pedir-vos que pensem por que estão aqui. Estão aqui para salvar a vossa face ou para nos salvar?". Foi com estas palavras que a jovem neozelandesa Brittany Trilford inaugurou o primeiro plenário da Rio+20

A Conferência Rio+20 oferecia uma oportunidade única e histórica para as nações de todo o Mundo enfrentarem urgentemente um desafio duplo e interdependente: por um lado, o combate à pobreza e à degradação ambiental, e por outro lado, a mudança do modelo de desenvolvimento económico atual para outro modelo de desenvolvimento baseado em princípios de sustentabilidade.

A tarefa era difícil e, em algumas áreas, corria-se o risco de se agravar as divergências sistematicamente acumuladas ao longo dos anos entre países mais ricos (mais industrializados e desenvolvidos) e as economias emergentes e países em desenvolvimento (ou menos desenvolvidos). Continua a haver visões muito diferentes do caminho a seguir para um planeta que tem cada vez mais população e que está a usar recursos que não se conseguem regenerar ao mesmo ritmo que se consomem.

Exigia-se mais da Rio+20, para contrariar estas tendências e não deixa de ser lamentável que, 20 anos depois, a erradicação da pobreza continue a ser um dos grandes problemas da atualidade, evidenciando que não se fez o trabalho de tornar a sociedade mais justa e equitativa.

Mas, uma vez mais, os responsáveis dos países de todo o mundo, mostraram-se incapazes para encontrar uma saída para a crise global, quer ambiental, quer social ou económica, dando continuidade a um diálogo iniciado há mais de trinta anos, sob a égide das Nações Unidas, que não tem passado de um diálogo de surdos.

Afinal para que foram ao Rio?

O documento final da Rio+20, discutido por mais de 190 países, intitulado "O Futuro que Queremos", é uma longa lista de promessas com o objetivo de ser consensual entre países ricos e em desenvolvimento, tudo isto décadas depois de ter sido acordado que o desenvolvimento sustentável é essencial tanto para a humanidade como para o planeta.

RIO+20
UM BANQUETE DE DESPERDÍCIO PARA DISCUTIR A SUSTENTABILIDADE

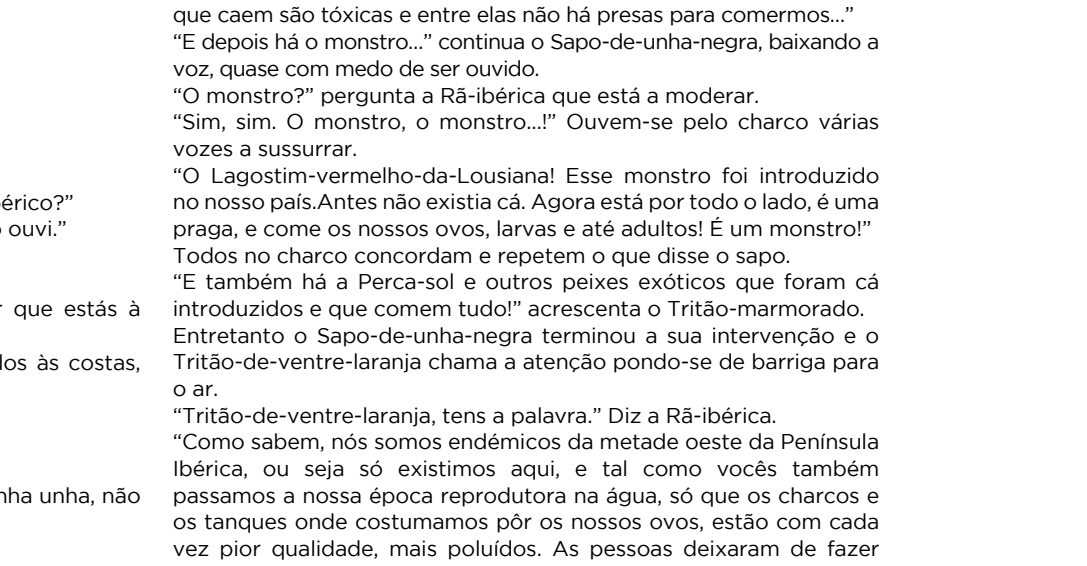
ZOOM

Joaquim Peixoto _ Texto e Fotos

CONTO DA NATUREZA

O CONGRESSO DOS ANFÍBIOS

Cláudia Silva ilustração: **Nicolau Fernandes**



“Vamos dar início ao Congresso de Anfíbios 2012! Façam silêncio por favor!” diz a Rã-ibérica após bater três vezes com o martelo para que se faça silêncio no charco.

Este ano calhou à Rã-ibérica a moderação da reunião anual dos anfíbios portugueses.

“Queria informar que o congresso vai decorrer em terra por motivos de segurança, mas faremos um intervalo para quem precisar de ir à água” adverte a rã.

“Antes de mais vou fazer a chamada, peço a vossa atenção. Salamandra-lusitânica?”

“Presente.”

“Salamandra-de-costelas-salientes?”

“Aqui.”

“Salamandra-de-pintas-amarelas?”

“Sim.”

“Tritão-de-ventre-laranja?”

“Presente.”

“Tritão-de-patas-espalmadas?”

“Aqui.”

“Tritão-marmorado?”

“Sim.”

“Sapo-parteiro-ibérico?”

“...”

“Sapo-parteiro-ibérico? Alguém viu o Sapo-parteiro-ibérico?”

“Estou aqui! Desculpem estava enterrado na areia, não ouvi.”

“Sapo-parteiro-comum?”

“Aqui.”

“Muitos parabéns Sapo-parteiro-comum, estou a ver que estás à espera de bebés de novo!”

“Obrigada. Já não aguento mais com estes ovos todos às costas, mas já falta pouco para nascerem.”

“Rã-de-focinho-pontiagudo?”

“Presente.”

“Sapo-de-unha-negra?”

“Hein, chamaram? Estava concentrado a arranjar a minha unha, não ouvi, desculpem. Estou aqui.”

“Sapo-comum?”

“Presente.” Diz o sapo com um salto.

“Sapo-corredor?”

“Estou aqui.”

“Rela-comum?”

“Sim.”

“Rela-meridional?”

“Sim.”

“Ó Rela-meridional, quase não te reconhecia, estás com uma cor nova!”

“Sim, é a minha nova adaptação ao meio, gostas?”

“Sim, fica-te bem. Rã-ibérica?”

“Olá camarada, estou aqui.”

“Rã-verde?”

“Também.”

“Muito bem, parece que este ano todas as espécies conseguiram estar presentes e bem representadas. Podemos dar início aos trabalhos. Este ano, o tema é as ameaças para os anfíbios. Como bem sabem, cada vez há mais espécies de anfíbios a ficar ameaçadas, algumas até em vias de extinção. Fui informada que existem várias causas para este problema e gostava de ouvir as vossas opiniões sobre o assunto. Porque estão a desaparecer ou a morrer tantos anfíbios? A partir de agora, estão abertas as inscrições para falarem. Dedo no ar quem quiser intervir.”

De repente, o charco ficou cheio de dedos, patas e barrigas no ar e ficou um burburinho de tantos que tinham algo a dizer.

“Vejo a unha negra do sapo, a pata espalmada do tritão... ali o focinho pontiagudo da rã, e também uma patinha verde de outra rã, e mais lá ao fundo o ventre laranja do tritão. Bem, já percebi que todos querem intervir. Não vou aceitar mais inscrições para já. Sapo-de-unha-negra, podes começar tu.”

“Boa tarde a todos. O nosso caso é terrível, muitos dos nossos são atropelados ao atravessar as estradas que as pessoas constroem por todos os lados.”

“Os sapos-corredores também têm esse problema.” Diz o seu representante.

“E nós, os sapos-comuns, também!”

“Além disso os nossos habitats, as nossas casas, estão a desaparecer. Como sabem, tal como muitos de vós, a nossa fase de reprodução acontece nos charcos e lagoas e nos dias de hoje, com a agricultura cada vez mais intensiva e mais químicos a poluir a água, os nossos habitats estão a ficar destruídos!”

Todos à volta do charco começaram a conversar novamente, a discutir a questão, pois é um assunto que toca a todos.

“Toc, toc, toc. Silêncio no charco!” diz a Rã-ibérica tentando pôr ordem com o seu martelo. “O Sapo-de-unha-negra é que tem a palavra. Queres acrescentar alguma coisa sapo?”

“Sim, quero dizer que os nossos habitats terrestres também estão a desaparecer. Já não temos florestas como antigamente, agora são só eucaliptos e grandes culturas de cereais, onde não podemos viver.”

“E a vegetação perto dos rios, a ripícola, também está a desaparecer, e a qualidade da água a piorar! Nós, as Salamandras-lusitânicas é que nem nos aproximamos dos eucaliptais! O solo fica mais pobre, as folhas que caem são tóxicas e entre elas não há presas para comermos...”

“E depois há o monstro...” continua o Sapo-de-unha-negra, baixando a voz, quase com medo de ser ouvido.

“O monstro?” pergunta a Rã-ibérica que está a moderar.

“Sim, sim. O monstro, o monstro...!” Ouvem-se pelo charco várias vozes a sussurrar.

“O Lagostim-vermelho-da-Lousiana! Esse monstro foi introduzido no nosso país.Antes não existia cá. Agora está por todo o lado, é uma praga, e come os nossos ovos, larvas e até adultos! É um monstro!”

Todos no charco concordam e repetem o que disse o sapo.

“E também há a Perca-sol e outros peixes exóticos que foram cá introduzidos e que comem tudo!” acrescenta o Tritão-marmorado.

Entretanto o Sapo-de-unha-negra terminou a sua intervenção e o Tritão-de-ventre-laranja chama a atenção pondo-se de barriga para o ar.

“Tritão-de-ventre-laranja, tens a palavra.” Diz a Rã-ibérica.

“Como sabem, nós somos endémicos da metade oeste da Península Ibérica, ou seja só existimos aqui, e tal como vocês também passamos a nossa época reprodutora na água, só que os charcos e os tanques onde costumamos pôr os nossos ovos, estão com cada vez pior qualidade, mais poluídos. As pessoas deixaram de fazer agricultura tradicional e cada vez constroem mais casas e aumentam as cidades.”

“Os Tritões-de-patas espalmadas têm o mesmo problema” refere o seu representante “e ainda para mais a maior parte dos indivíduos da nossa espécie estão precisamente no litoral, onde há cada vez mais casas e fábricas! Nós já estamos em fase vulnerável, não tarda nada estamos extintos!”

“E ainda há algumas doenças, como fungos, e as alterações climáticas que estão a afetar-nos” diz o Tritão-de-ventre-laranja.

“Pois... as alterações climáticas são um problema para todos os anfíbios. Estes períodos de seca, com muito calor e pouca chuva e humidade, são terríveis para nós que dependemos da água. E os incêndios também são uma catástrofe para nós, destroem os nossos habitats terrestres.” Acrescenta a Salamandra-de-costelas salientes.

A Rela-comum continua com o dedo no ar para falar.

“Rela-comum, queres acrescentar alguma coisa?” pergunta o moderador.

“Sim, no nosso caso há ainda um outro problema, as barragens! Nós que existíamos por todo Portugal, agora deixamos de ter famílias no Baixo Alentejo e no Algarve por causa da barragem do Alqueva. Destruiu todos os nossos habitats dessa zona.”

“Isso é de lamentar!” afirma a Rã-ibérica “estão a destruir os nossos charcos e lagoas que são essenciais para a nossa reprodução. Parece que, para não variar, os seres humanos têm sido responsáveis pelas principais ameaças dos anfíbios. Parece-me que teremos que falar diretamente com eles. Devemos levar estes assuntos a algum representante dos humanos que nos possa ouvir e ajudar. Alguma sugestão?”

“Vamos à Quercus, eles de certeza que nos podem ajudar. Têm feito muita coisa para conservar a natureza.” Diz a Rã-de-focinho pontiagudo.

“É uma boa ideia! Vamos fazer um intervalo para humedecer as nossas peles, e voltamos a seguir para escrever um comunicado. Até já!”

Sapo, rã ou tritão, todos precisam de proteção!

AGRICULTURA

DR 115 SÉRIE I de 2012-06-15
Decreto-Lei n.º 119/2012 - MAMAOT
Cria, no âmbito do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais, bem como a taxa de segurança alimentar mais
DR 137 SÉRIE I de 2012-07-17
Portaria n.º 214/2012 – MF; MAMAOT
Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais
Portaria n.º 215/2012 – MF; MAMAOT
Regulamenta a taxa de segurança alimentar mais

ÁGUA / OCEANO

DR 130 SÉRIE I de 2012-07-06
Portaria n.º 208/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações das águas subterrâneas localizadas no concelho de Cascais
DR 131 SÉRIE I de 2012-07-09
Portaria n.º 209/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas localizadas nos concelhos de Nisa, Gavião, Marvão, Portalegre, Avis, Ponte de Sor e Chamusca
DR 132 SÉRIE I de 2012-07-10
Decreto-Lei n.º 140/2012 - MAMAOT
Cria o Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos e aprova a respetiva estrutura orgânica
DR 135 SÉRIE I de 2012-07-13
Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2012 - PCM
Estabelece os objetivos e a composição da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar e disciplina o exercício das funções executivas de apoio à respetiva atividade
DR 155 SÉRIE I de 2012-08-10
Resolução da Assembleia da República n.º 113/2012 - AR
Promove a acessibilidade, a sustentabilidade e qualidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento
DR 165 SÉRIE I de 2012-08-27
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2010Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, que define o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020
DR 166 SÉRIE I de 2012-08-28
Portaria n.º 259/2012 - MAMAOT
Estabelece o programa de ação para as zonas vulneráveis de Portugal continental

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/ POLUIÇÃO DO AR /MOBILIDADE

DR 120 SÉRIE I de 2012-06-22
Decreto Legislativo Regional n.º 27/2012/A – RAA - AL
Revê o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis
DR 129 SÉRIE I de 2012-07-05
Resolução da Assembleia da República n.º 85/2012 - AR
Recomenda ao Governo que tome medidas no sentido imperioso de ver aumentada a presença e acessibilidade de combustíveis líquidos não aditivados no mercado
Resolução da Assembleia da República n.º 86/2012 - AR
Recomenda ao Governo a eletrificação do troço entre Caíde e o Marco de Canaveses da linha ferroviária do Douro
DR 130 SÉRIE I de 2012-07-06
Resolução da Assembleia da República n.º 88/2012 - AR
Recomenda ao Governo que retome o projeto de ligação do Metro do Porto entre o ISMAI/Maia e o concelho da Trofa
DR 134 SÉRIE I de 2012-07-12
Decreto-Lei n.º 151/2012 - MEE
Aprova a orgânica da Direção-Geral de Energia e Geologia
DR 135 SÉRIE I de 2012-07-13
Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A – RAA - AL
Estabelece o regime jurídico da qualidade do ar e da proteção da atmosfera
DR 148 SÉRIE I de 2012-08-01
Decreto-Lei n.º 170/2012 - MEE
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, que cria o regime jurídico da mobilidade elétrica
DR 150 SÉRIE I de 2012-08-03
Decreto-Lei n.º 179/2012 - MEE
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 5/2011, de 10 de janeiro, que estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa de modo a assegurar o abastecimento das centrais dedicadas de biomassa florestal
Decreto-Lei n.º 180/2012 - MAMAOT
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 181/2006, de 6 de setembro, e transpõe a Diretiva n.º 2010/79/UE, da Comissão, de 19 de novembro, que adapta ao progresso técnico o anexo III da Diretiva n.º 2004/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à limitação das emissões de compostos orgânicos voláteis
DR 154 SÉRIE I de 2012-08-09
Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2012 - PCM
No âmbito do programa ECO.AP, determina o procedimento de seleção de edifícios e equipamentos a submeter a contratos de gestão de eficiência energética, bem como a constituição de agrupamentos de entidades adjudicantes que serão responsáveis pelo lançamento dos respetivos procedimentos de contratação, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º29/2011, de 28 de fevereiro, e determina ainda a celebração prévia de um acordo de implementação do ECO.AP entre os ministérios envolvidos
DR 160 SÉRIE I de 2012-08-20
Portaria n.º 251/2012 - MEE
Estabelece o regime de atribuição de incentivos à garantia de potência disponibilizada pelos centros eletroprodutores ao Sistema Elétrico Nacional (SEN)

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/ CAÇA/PESCA

DR 120 SÉRIE I de 2012-06-22
Portaria n.º 196/2012 - MAMAOT
Estabelece que o período crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, vigore de 1 de julho a 30 de setembro no ano de 2012
DR 122 SÉRIE I de 2012-06-26
Decreto Legislativo Regional n.º 28/2012/A – RAA - AL
Regula a utilização de organismos geneticamente modificados e dos produtos deles derivados
DR 125 SÉRIE I de 2012-06-29
Decreto-Lei n.º 135/2012 - MAMAOT
Aprova a orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P.
DR 148 SÉRIE I de 2012-08-01
Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2012 - PCM
Aprova os mecanismos destinados a minimizar as consequências dos incêndios que atingiram os municípios de São Brás de Alportel e Tavira, bem como a Região Autónoma da Madeira
DR 149 SÉRIE I de 2012-08-02
Resolução da Assembleia da República n.º 98/2012 - AR
Recomenda ao Governo que proceda à revisão da Portaria n.º 138-A/2010, de 4 de março, que define as taxas devidas pelos atos e serviços prestados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), e avalie a adequação das medidas restritivas do acesso a atividades agrícolas e desportivas em áreas protegidas
DR 148 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2012-08-01
Portaria n.º 226-B/2012 - MSSS
Define e regulamenta os termos e as condições da atribuição dos apoios sociais, na sequência da ocorrência de incêndios que atingiram os municípios de São Brás de Alportel, Tavira e Região Autónoma da Madeira
DR 155 SÉRIE I de 2012-08-10
Resolução da Assembleia da República n.º 117/2012 - AR
Recomenda ao Governo a adoção urgente de medidas de apoio à recuperação do património agrícola, florestal, habitacional, infraestruturas e atividades económicas destruídas ou afetadas pela vaga de incêndios na Região Autónoma da Madeira

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DR 117 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2012-06-19
Resolução da Assembleia da República n.º 80-A/2012 - AR
Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território
DR 129 SÉRIE I de 2012-07-05
Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2012 - PCM
Aprova as Linhas Orientadoras e Estratégicas para o Cadastro e a Gestão Rural
DR 130 SÉRIE I de 2012-07-06
Declaração n.º 7/2012 - AR
Composição da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território
DR 132 SÉRIE I de 2012-07-10
Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2012 - RCM
Suspende, pelo prazo de dois anos, o disposto nos artigos 25.º, 48.º, 50.º e 53.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Cascais e nos artigos 81.º e 82.º do Regulamento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Cascais (Cidadela)-Forte de São Julião da Barra, numa área localizada na freguesia de Carcavelos, concelho de Cascais, estabelece medidas preventivas pelo mesmo período e para a mesma área e altera a delimitação da Reserva Agrícola Nacional do Município de Cascais
DR 140 SÉRIE I de 2012-07-20
Portaria n.º 220/2012 – MF; MSSS
Aprova os estatutos do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., e revoga a Portaria n.º 641/2007, de 30 de maio
DR 142 SÉRIE I de 2012-07-24
Decreto-Lei n.º 159/2012 - MAMAOT
Regula a elaboração e a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações praticadas na orla costeira, no que respeita ao acesso, circulação e permanência indevidos em zonas interditas e respetiva sinalização
DR 145 SÉRIE I de 2012-07-27
Portaria n.º 224/2012 – MF; MAMAOT
Aprova a estrutura nuclear da Direção-Geral do Território
DR 149 SÉRIE I de 2012-08-02
Decreto-Lei n.º 175/2012 - MAMAOT
Aprova a orgânica do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.
DR 152 SÉRIE I de 2012-08-07
Decreto n.º 19/2012 - MAMAOT
Exclui do regime florestal parcial uma parcela de terreno baldio integrada no perímetro florestal denominado serra da Cabreira, no concelho de Cabeceiras de Basto
DR 157 SÉRIE I de 2012-08-14
Lei n.º 32/2012 - AR
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, e à 54.ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana
DR 158 SÉRIE I de 2012-08-16
Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A – RAA - AL
Define o regime de coordenação dos âmbitos do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, acompanhamento, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial

RESÍDUOS

DR 107 SÉRIE I de 2012-06-01
Decreto Legislativo Regional n.º24/2012/A – RAA - AL
Aprova as normas que regulamentam a gestão de fluxos específicos de resíduos

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

DR 136 SÉRIE I de 2012-07-16
Decreto-Lei n.º 154/2012 - MS
Altera a lista de substâncias ativas que podem ser incluídas em produtos biocidas, tendo em vista a proteção da saúde humana e animal e a salvaguarda do ambiente

OUTROS

DR 117 SÉRIE I de 2012-06-19
Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A – RAA - AL
Estabelece o regime de empréstimo de manuais escolares nos ensinos básico e secundário da Região Autónoma dos Açores, através de um fundo bibliográfico, bem como os critérios a que o mesmo deve obedecer
DR 121 SÉRIE I de 2012-06-25
Decreto n.º 13/2012 - MNE
Aprova o Protocolo relativo à Avaliação Ambiental Estratégica à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, assinado em Kiev, em 21 de maio de 2003
DR 127 SÉRIE I de 2012-07-03
Decreto Legislativo Regional n.º 30/2012/A – RAA - AL
Estabelece o regime jurídico dos percursos pedestres da Região Autónoma dos Açores
DR 129 SÉRIE I de 2012-07-05
Resolução da AR n.º 87/2012 - AR
Por um comércio internacional mais justo
DR 148 SÉRIE I de 2012-08-01
Decreto-Lei n.º 169/2012 - MEE
Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema

LEGENDA

AR – Assembleia da República
MAMAOT - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MEE – Ministério da Economia e Emprego
MEC – Ministério da Educação e Ciência
MF – Ministério das Finanças
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS – Ministério da Saúde
MSSS - Ministério da Solidariedade e da Segurança Social
PCM - Presidência do Conselho de Ministros
PCM – CJ - Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria-geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Fonte: Diário da República Electrónico – Sumários (http://dre.pt/)

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

PROPOSTAS DIDÁTICAS

Alexandra Azevedo

Alexandra Azevedo

ECO-RECEITA
PUDIM DE FRUTAS OU LEGUMES

Em pleno verão temos ao nosso dispor muitos frutos, e legumes por isso sugiro esta receita muito simples (para variar), mas muito saborosa!
Pode utilizar-se abóbora, cenoura, maça ou pêra que são previamente cozidos em lume brando com apenas 1 dl de água, casca de limão e pau de canela. Depois de cozidos retira-se o pau de canela, e eventualmente a casca de limão, e tritura-se com a varinha mágica.

Ingredientes
_ 900 g de puré da fruta ou legume, conforme exposto acima,
_ 4 ovos inteiros,
_ 2 colheres de sopa de amido de milho (ou farinha de araruta),
_ 100 a 200 g de açúcar (ou outro adoçante natural, como a frutose) conforme o teor de açúcares naturais da fruta ou legume.
_ Açúcar caramelizado.

Modo de preparação
Misturam-se todos os ingredientes, verte-se para uma forma untada de açúcar caramelizado e vai ao forno durante 1 h e 15 min. a 200ºC. Desenforma-se quando tiver arrefecido. Pode regar-se com açúcar caramelizado ou compota ou geleia de um qualquer fruto a gosto.

Versão vegana:
Podemos adaptar esta receita não utilizando ovos, para isso basta aumentar a dose do amido de milho para 6 colheres de sopa.

Dica importante:
Podemos guardar as frutas ou legumes cozidos em frascos hermeticamente fechados como forma de conservação de excedentes alternativos às compotas e doces. Para isso basta colocar o puré ainda bem quente dentro de frascos para conserva esterilizados. Para maior segurança podemos ainda pasteurizar em seguida colocando-os totalmente submersos em água a 75ºC durante 45 minutos. Esta receita, e outras como tartes, ainda serão mais rápidas de preparar, além de que podemos disfrutar em qualquer altura do ano!

ROSTOS QUERCUS

Nome: Alexandra Azevedo

Idade: 45 anos

Função na Quercus: Vogal da direcção nacional, tesoureira do CRASM – Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Montejunto

Descrição das funções que desempenha
Na direcção nacional tento acompanhar o melhor possível os muitos assuntos que vão surgindo e contribuir para a boa gestão da associação. No CRASM para além das funções oficiais de tesoureiro faço um pouco de tudo, como coordenação (procurando articular e motivar a equipa de voluntários), organização de actividades e eventos, sou a "chefe de cozinha", uma vez que a maioria das actividades envolvem sempre uma eco-refeição, colaboro na recuperação dos animais que ingressam (até porque para além de "mulher dos 7 ofícios", sou médica veterinária (risos)) e ajudo ainda nas tarefas de rotina para o funcionamento do centro e nas ações de trabalho para a construção e manutenção das instalações.

Como aconteceu a sua vinda para a Quercus
Desde que me lembro que existo sempre fui apaixonada pela Natureza. Tornei-me sócia em 1993, e sócia activa em 2005, quando recebi o convite do então presidente da direcção nacional Helder Spínola para integrar a lista para a direcção nacional e aí me tenho mantido estando a cumprir o 4º mandato.

Em que área de trabalho da Quercus mais se revê
Em praticamente tudo! Todo o trabalho desenvolvido é necessário e somos sempre poucos para o muito que há para fazer, desde o acompanhento político à intervenção pública, passando pela educação ambiental e para a sustentabilidade, mas confesso que a comunicação com o público (das mais diversas formas, como a escrita, as acções de sensibilização e de formação ou as conferências) e a aplicação prática de soluções para uma vida mais sustentável que me têm atrido mais, já que somos limitados e não conseguimos abarcar todas as frentes de trabalho.
Acho que há áreas que deviam ser melhor exploradas, como o da eco-gastronomia, mas para isso devia haver mais gente a colaborar.

O que mais a preocupa em matéria ambiental
A perda acelerada da biodiversidade (incluindo a agrobiodiversidade), reflexo de um complexo conjunto de causas nomeadamente a destruição dos habitats, mas confesso que já me preocupei mais, ... não porque a situação não seja preocupante, mas porque estou a direccionar mais o meu foco nas soluções do que nos problemas.

Diga-nos o que faz todos os dias pelo ambiente:
Ui, a resposta daria um artigo tão extenso como o do Ricardo Marques "Viver sustentavelmente" da edição anterior (risos).
A solução tem de começar por nós próprios! O que faço pelo ambiente tem sido um processo cada vez mais empolgante à medida que vou ampliando conhecimentos e prespectivas. Vou apenas referir-me às conquistas mais recentes. Fui revolucionando o meu modo de fazer compras, pelo que neste momento já quase nem produzo resíduos de embalagens para reciclagem! Por exemplo, compro a farinha no moleiro da minha aldeia, proveniente de variedades tradicionais, e acondiciono-a em sacos de pano, e faço o pão em casa. Reduzi o consumo de carne e peixe. Aprendi a conhecer as ervas comestíveis que estão á nossa volta e aumentei a lista de alimentos disponíveis na minha horta! Ao nível da energia, tenho investido fortemente nas energia solar e eólica, e como tenho um marido engenhocas, o que dá imenso jeito e poupa-se muito dinheiro (risos), assim construimos 2 paineis solares térmicos, montámos um pequeno aerogerador, mas já comprámos um mais potente, em que o meu merido fará as pás e depois teremos de o montar na torre que ele fez também, recorrendo á reutilização de materiais, já comprámos vários paineis fotovoltaicos que teremos de os montar em cima do telhado, para além do circuito de alimentação das baterias e comprámos uma scooter eléctrica. E fico-me por aqui ...
Quero ainda realçar que é muito importante, mesmo que não tenhamos essa precepção, pretencer a uma (ou mais) associação, pois a sociedade civil tem de estar minimamente organizada para ganhar peso político, que sabemos ser muito importante para inverter determinados rumos enquanto sociedade. É por isso um orgulho pertencer a uma associação como a Quercus!

PRECISA-SE VOLUNTÁRIO ESPECIALISTA

Para dar apoio à Direcção Nacional, na seguinte área:

PESTICIDAS

A Quercus tem por missão geral trabalhar para um melhor ambiente em Portugal, e procura fazê-lo partindo de uma visão integrada, transversal e multidisciplinar. Tendo em conta o momento actual de revisão da Política Agrícola Comum e a proximidade do prazo de transposição da Directiva do Uso Sustentável dos Pesticidas em Janeiro de 2014, a Associação pretende reforçar a sua capacidade técnica e intervenção nesta área.
O voluntário especialista reportará directamente a um elemento designado pela Direcção Nacional, sendo a comunicação regular feita preferencialmente via e-mail e skype. Consoante o perfil e tempo disponível será solicitado para dar a sua opinião em relação a determinados documentos, rever ou colaborar na elaboração de posições públicas e participar em seminários técnicos e reuniões em Portugal ou no estrangeiro.

Perfil pretendido
Licenciatura adequada
Desejável alguma experiência de trabalho na área
Boa expressão oral e escrita
Espírito crítico e activista
Ter ligação à internet e conta de e-mail

Oferece-se
Certificado de colaboração no final do ano civil
Reconhecimento do voluntário como fazendo parte da equipa de trabalho da Quercus
Oportunidade de participar em reuniões de âmbito nacional e internacional
Reembolso de deslocações internas e pagamento de deslocações externas
Cobertura de seguro quando necessário
Descontos em actividades promovidas pela Quercus

Instruções para candidatura
Se está interessado em ser Voluntário Especialista da Quercus na área de Pesticidas, envie o CV para: paulasilva@quercusancn.pt com indicação no campo "assunto" de: Voluntário Especialista Pesticidas

PETIÇÃO

CONTRA A EUCALIPTIZAÇÃO

PREVISTA NA PROPOSTA DE REVISÃO DA LEGISLAÇÃO DAS ARBORIZAÇÕES

Assine a petição no site electrónico da Quercus em **www.quercus.pt**

Imprima e envie para QUERCUS-ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 * 7801-903 Beja

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios

E-mail: gestaosocios@quercus.pt * Telf.: 284 321 326

Boletim de Admissão a Sócio

A preencher pela Quercus	
Nº Sócio	Estatuto
Núcleo	Data

Nome:
Sexo (F/M):
Morada:
Localidade: C.P. __ __ __ __ - __ __ __
Concelho: Distrito: País:
Telefone: Fax: E-mail:
BI nº: Data Nasc: / / Nacionalidade:
Nº de Contribuinte: Profissão:
Data: Assinatura:

Quota anual: Júniores (até 16 anos) - 8 Euros | Estudantes (até 25 anos) - 13 Euros | Adultos - 20 Euros | Colectivos - 45 Euros

Modo de Pagamento

☐ Numerário | Valor _____
☐ Cheque/Vale Postal* | Nº _____ Banco: _____ Valor: _____
☐ Transferência Bancária* | Data: _____ Valor: _____

A preencher pela Quercus

Recebido (Núcleo/CEA/etc.) **Receptor da Inscrição**

* Deve ser enviado juntamente com esta ficha o cheque/vale postal/comprovativo de transferência bancária.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

MORADA:
Centro Associativo Bairro do Calhau,
Bairro do Calhau,
1500-045 Lisboa

TELEFONE: 217 788 474

FAX: 217 787 749

EMAIL QUERCUS AMBIENTE: jornal@quercus.pt

SITE QUERCUS: www.quercus.pt

DIRECTOR: Nuno Sequeira

DIRECÇÃO EDITORIAL: Idalina Perestrelo

MARKETING: Marcos Bartilotti

GRAFISMO: Ideia Clara. Design

COLABORARAM NESTE NÚMERO: Alexandra Azevedo; Anabela Rodrigues; Ana Cristina Costa; Américo Barbosa; Beatriz Azorín; Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco; Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Montejunto; Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André; CIR – Centro de Informação de Resíduos; Cláudia Silva; Direcção Nacional da Quercus; Ecocasa; Elsa Oliveira; European Environment Agency; Fundo Conservação da Natureza; Idalina Perestrelo; Joana Quintas; Joaquim Peixoto; Jonathan Whiteley; José Paulo Martins; Luís Costa; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Núcleo Regional do Litoral Alentejano da Quercus; Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus; Nuno Sequeira; Paula Silva; Paulo Domingues; Paulo Lucas; Planetazul; Rui Pinheiro; Samuel Infante; Sara Campos; SPEA; Susana Fonseca; Zoë Lindo.

FOTO CAPA: Domingos Leitão

FOTOS: Alexandra Azevedo; Dário Cardador; Domingos Leitão; Faísca; Fundo Conservação da Natureza; Hélder Spínola; Idalina Perestrelo; Joaquim Peixoto; Nicolau Fernandes; Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Paulo Domingues; Paulo Lucas; Rui Eufrásia; Samuel Infante; SPEA

IMPRESSÃO: Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte SA

TIRAGEM: 10 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL Nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

MECENAS PRINCIPAL

REN Redes Energéticas Nacionais

MECENAS JORNAL

valorpneu

VEOLIA ÁGUA

A Direcção Nacional da Quercus está a promover um encontro que pretende convergir recursos da Associação, estimular a partilha de saberes, ideias, emoções, a troca de bens, o convívio entre associados e a interacção com projectos inspiradores.

DIVERTE e DIVERTE-TE,
INSPIRA e INSPIRA-TE,
ENSINA E APRENDE, ... numa só palavra **PARTILHA!**

Inscrições e para saber mais em www.quercusanima.pt.la

PROGRAMA
21 SETEMBRO, 6ª-FEIRA:
21H00 - Recepção dos participantes
21H30 - Oficina de Danças tradicionais
Abertura da Feira de trocas (sementes, livros, ...)

22 DE SETEMBRO, SÁBADO:
08H15 – Sessão de yoga
09H00 – Pequeno-almoço
09H40 – Informações
10H00 – Oficina de Cozinha Sustentável – introdução teórica
11H00 – Oficinas práticas *
13H00 – ALMOÇO
14H30 – Oficinas práticas * /Reunião CR
20H00 – JANTAR
21H30 – Quercus IGNITE, com a participação especial de um dinamizador do IGNITE Portugal

23 DE SETEMBRO, DOMINGO:
08H15 - Sessão de yoga
09H00 – Pequeno-almoço
10H00 – Oficinas práticas *
13H00 – ALMOÇO
14H30 – Avaliação e Conclusões
15H30 – Fim dos trabalhos

* em grupos de 20 pessoas no máximo

movimento Bloom
À descoberta da sua natureza
GREENFEST 12

MOVIMENTO BLOOM E GREENFEST APRESENTAM PELA PRIMEIRA VEZ EM PORTUGAL

A comunidade científica e o público em geral são convidados a assistir à palestra apresentada pelo Professor Cornell, atualmente um dos mais respeitados e reconhecidos educadores ambientalistas do mundo.

28 DE SETEMBRO · 10H · CENTRO DE CONGRESSOS DO ESTORIL
Duração da Conferência · 1 hora | **Entrada Gratuita** [sujeito a nº limite de inscrições] | **Inscrições: movimentobloom@gmail.com**

Saiba mais em www.movimentobloom.org.pt

Joseph Cornell irá falar sobre como promover empatia, compaixão, confiança e criatividade nas crianças através da utilização de experiências lúdicas na Natureza. Despertar o entusiasmo pela Natureza nas crianças não só contribui para que estas cresçam mais felizes, como cria um mundo de indivíduos conscientes. Na sua palestra, Joseph irá partilhar atividades inovadoras e histórias que envolvem e ajudam as crianças a desenvolverem uma relação mais emocional e próxima com o mundo ao seu redor. Os participantes aprendem sobre Flow Learning™, um método de ensino surpreendentemente eficaz e fácil de usar, adotado por professores e pais em todo o mundo.

JOSEPH CORNELL
É o fundador e presidente da Sharing Nature Worldwide, fundação que promove o método Flow Learning™, criado pelo próprio Prof Cornell e um dos mais populares e influentes programas de educação ambiental. A Sharing Nature Worldwide está representada em diversos países da Ásia, América Latina e Europa Central incluindo agora Portugal, pela associação Movimento Bloom.

PARCEIRO INSTITUCIONAL
Sharing Nature Worldwide

APOIOS
fundação edp
PURE ATIVISM PUBLIC RELATIONS
Quercus